



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ACÓRDÃO Nº 58182/2021-PLEN

1 - PROCESSO: 209506-1/2021

2 - NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL

3 - INTERESSADO: MARINA PEREIRA DA ROCHA FERNANDEZ

4 - UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM

5 - RELATORA: ANDREA SIQUEIRA MARTINS

6 - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: HENRIQUE CUNHA DE LIMA

7 - ÓRGÃO DECISÓRIO: Plenário

8 - ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sessão do Plenário, por unanimidade, por EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO com DETERMINAÇÃO, RECOMENDAÇÃO, COMUNICAÇÃO, EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO e ARQUIVAMENTO, nos exatos termos do voto do relator.

09- ATA Nº: 41

10 - DATA DA SESSÃO: 17 de novembro de 2021

ANDREA SIQUEIRA MARTINS
Relatora

RODRIGO MELO DO NASCIMENTO
Presidente

HENRIQUE CUNHA DE LIMA
Procurador-Geral de Contas

CONTAS DE
GOVERNO
MUNICIPAL

GUAPIMIRIM

2020

Relatora
Conselheira Substituta
ANDREA SIQUEIRA MARTINS

Sumário

A) RELATÓRIO	4
B) VOTO.....	8
1 INTRODUÇÃO	8
2 ASPECTOS FORMAIS	8
2.1 PRAZO DE ENVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	8
2.2 RELATÓRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	9
2.3 CONSOLIDAÇÃO.....	10
3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	10
3.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	10
3.1.1 AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	10
3.1.2 AUTORIZADOS PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).....	11
3.1.3 AUTORIZADOS POR LEIS ESPECÍFICAS	12
3.1.4 DOS CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS POR OPERAÇÃO DE CRÉDITO.....	13
3.1.5 DOS CRÉDITOS ADICIONAIS EXTRAORDINÁRIOS.....	13
3.1.6 FONTES DE RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	13
3.1.7 ORÇAMENTO FINAL.....	18
3.2 RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	19
3.2.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	19
3.2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	20
3.2.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	21
3.3 RESTOS A PAGAR	22
4 GESTÃO FINANCEIRA.....	22
5 SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	24
5.1 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	24
6 LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.....	24
6.1 DÍVIDA PÚBLICA.....	24
6.2 DESPESAS COM PESSOAL	25
6.3 GASTOS COM EDUCAÇÃO	26
6.3.1 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	26

6.3.2	FUNDEB	35
6.3.2.1	APLICAÇÃO MÍNIMA LEGAL (95%).....	35
6.3.2.2	PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (60%)	37
6.3.2.3	RESULTADO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (2021).....	37
6.4	GASTOS COM SAÚDE.....	38
6.5	REPASSE FINANCEIRO PARA O LEGISLATIVO.....	40
6.5.1	VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (ART. 29-A, § 2º, INCISOS I e III)	40
6.5.2	VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ORÇAMENTO FINAL DA CÂMARA (ART. 29-A, § 2º, INCISO III)	44
6.6	OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS EM FINAL DE MANDATO – ARTIGO 42 DA LRF	46
7	DEMAIS ASPECTOS RELEVANTES.....	50
7.1	ROYALTIES	50
7.1.1	RECEITAS.....	50
7.1.2	DESPESAS.....	51
7.1.3	DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS <i>ROYALTIES</i> CONFORME LEI FEDERAL Nº 12.858/13	53
7.1.4	DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS <i>ROYALTIES</i> CONFORME LEI FEDERAL Nº 13.885/19	56
7.2	TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL	57
7.3	ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL - IEGM	58
8	CONTROLE INTERNO	58
9	CONCLUSÃO	61

A) RELATÓRIO

PROCESSO:	TCE-RJ N.º 209.506-1/21
ORIGEM:	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM
ASSUNTO:	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL. EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020. SR. JOCELITO PEREIRA DE OLIVEIRA. IRREGULARIDADES, IMPROPRIEDADES, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES. COMUNICAÇÃO AO ATUAL TITULAR, COMUNICAÇÃO AO CONTROLE INTERNO, COMUNICAÇÃO AO ATUAL PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. EXPEDIÇÕES DE OFÍCIO. ARQUIVAMENTO.

Trata o presente processo da **Prestação de Contas de Governo do Município de GUAPIMIRIM**, relativa ao **Exercício de 2020**, que abrange as contas do Poder Executivo, de responsabilidade do **Sr. Jocelito Pereira de Oliveira**, Prefeito do Município no período.

MANIFESTAÇÃO DO CORPO INSTRUTIVO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

O Corpo Instrutivo, representado pela 1ª Coordenadoria de Auditoria de Contas - 1ª CAC, após detalhado exame datado de 25.08.2021, sugere a emissão de Parecer Prévio **Contrário** à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de GUAPIMIRIM, Sr. Jocelito Pereira de Oliveira, em face das seguintes irregularidades:

IRREGULARIDADE N.º 1

– Foi constatado que os créditos adicionais abertos com base em excesso de arrecadação, no montante de R\$3.311.176,55 (Decretos n.ºs, 1665/20, 1695/20, 1736/20 e 1743/20), foram abertos sem a respectiva fonte de recurso, contrariando o disposto no inciso V do artigo 167 da Constituição Federal de 1988;

IRREGULARIDADE N.º 2

– O município promoveu a abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação na fonte Tesouro, no montante de R\$1.846.000,00 (Decretos n.ºs 1736/20 e 1766/20), apesar da inexistência do mesmo, verificada em análise nesta prestação de contas, não observando o preceituado no inciso V do artigo 167 da Constituição Federal de 1988;

IRREGULARIDADE N.º 3

– *Deficit* financeiro no montante de R\$6.137.483,77, ocorrido em 2020, término do mandato, indicando o não cumprimento do equilíbrio financeiro estabelecido no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

IRREGULARIDADE N.º 4

– O repasse do Poder Executivo ao Legislativo, deduzido do valor devolvido, resultou no montante de R\$6.502.671,08, desrespeitando o limite máximo de repasse (R\$6.498.629,02) previsto no inciso I do §2º do artigo 29-A da Constituição Federal de 1988;

IRREGULARIDADE N.º 5

– Não cumprimento dos ditames do artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, que veda, nos dois últimos quadrimestres do mandato, a assunção de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Conforme os dados do presente relatório, foi apurada, em 31/12/2020, uma insuficiência de caixa no montante de 5.861.391,04;

A Especializada sugeriu, ainda, 13 (treze) impropriedades e consequentes determinações, duas recomendações ao município, três comunicações (uma ao responsável pelo controle interno, uma ao atual Prefeito e outra ao atual titular do Poder Legislativo do município), e expedição de ofício ao Ministério Público Estadual para ciência.

A Subsecretaria de Controle de Contas e Gestão Fiscal – SUB-CONTAS, e a Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE, em manifestação de 25.08.2021, coadunam-se com o proposto pela Especializada.

O Ministério Público Especial, representado pelo Procurador-Geral Henrique Cunha de Lima, em sua oitava, datada de 22.09.2021, manifesta-se, de igual modo, pela emissão de parecer prévio **contrário** à aprovação das contas de governo do Município de GUAPIMIRIM, efetuando, ainda, as seguintes alterações em relação às proposições da instância instrutiva:

- inclusão de determinação ao município para que aplique adicionalmente em 2021, na manutenção e desenvolvimento do ensino, a diferença entre o mínimo estabelecido de despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino e o apurado em 2020, conforme art. 4º, §4º, da Lei Ordinária Federal n.º 7.348/85;
- inclusão de impropriedade e determinação quanto à ausência de ampla divulgação da documentação que constitui a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo municipal (contas de governo exercícios de 2019 e 2020), em afronta ao disposto no artigo 126 da Constituição Estadual c/c o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

Cumpre-me registrar que, em atendimento ao determinado no § 1º do art. 45 do Regimento Interno desta Corte, através de decisão por mim proferida em 28.09.2021, o Sr. Jocelito Pereira de Oliveira, responsável pelas Contas em exame, foi comunicado para que, se assim entendesse, apresentasse manifestação.

Retornaram os autos ao meu gabinete, no dia 22.10.2021, com a informação da CPR de não ter sido encaminhada nenhuma documentação em atenção ao ofício expedido, que continha a referida comunicação.

Diante do exposto, as manifestações do Corpo Instrutivo e do Ministério Público Especial serão analisadas em tópico próprio do meu Voto.

É o Relatório.

B) VOTO

1 INTRODUÇÃO

A Constituição da República de 1988 previu, em seu artigo 70, parágrafo único, o dever de prestar contas a todos aqueles que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem recursos públicos. A obrigação prevista constitucionalmente vai ao encontro do conceito de *accountability*, termo oriundo da língua inglesa relacionado aos deveres de transparência, ética e responsabilidade, acometidos àqueles que desempenham importantes funções na sociedade.

Por outro turno, a Carta Magna atribuiu aos Tribunais de Contas a competência para efetuar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública direta e indireta.

Nesta esteira, a Constituição Estadual de Rio de Janeiro, em seu art. 125, incisos I e II, confere a este Tribunal de Contas a competência para apreciar anualmente as contas de governo dos municípios, com vistas à emissão de Parecer Prévio, a ser encaminhado, posteriormente, ao Poder Legislativo para julgamento.

2 ASPECTOS FORMAIS

2.1 PRAZO DE ENVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A presente Prestação de Contas de Governo foi encaminhada tempestivamente em 16.04.2021, conforme prazo fixado no artigo 6º da Deliberação

TCE-RJ n.º 285/2018, haja vista que a sessão legislativa de 2021 foi inaugurada em 18.02.2021, consoante pontua a Declaração de Abertura da Sessão Legislativa às fls. 06.

2.2 RELATÓRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Registro que foram encaminhados a esta Corte todos os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo os mesmos já sido submetidos à apreciação plenária, conforme demonstrado na tabela a seguir:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO		
Processo TCE/RJ	Descrição	Situação
207.946-9/2020	1º Bimestre	Ciência, Comunicação e Arquivamento
213.657-4/2020	2º Bimestre	Ciência, Comunicação e Arquivamento
221.429-3/2020	3º Bimestre	Arquivamento
227.017-8/2020	4º Bimestre	Ciência, Comunicação e Arquivamento
232.919-7/2020	5º Bimestre	Ciência e Arquivamento
201.886-3/2021	6º Bimestre	Arquivamento
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF		
Processo TCE/RJ	Descrição	Situação
213.658-8/2020	1º quadrimestre	Ciência, Comunicação e Arquivamento
227.020-5/2020	2º quadrimestre	Ciência, Comunicação e Arquivamento
201.887-7/2021	3º quadrimestre	Arquivamento

2.3 CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis, que compõem a presente prestação de contas de governo, foram encaminhadas de forma consolidada, conforme preconiza o artigo 2º da Deliberação TCE-RJ nº 285/18.

3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei do Orçamento Anual nº 1.171, de 27.12.2019, aprovou o orçamento geral do Município de GUAPIMIRIM para o exercício de 2020, estimando a receita no valor de R\$186.052.000,00 e fixando a despesa em igual valor (fls. 09/86).

3.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1.1 AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

De acordo com a citada Lei do Orçamento Anual – LOA, no exercício de 2020, o Poder Executivo foi autorizado a proceder às seguintes alterações orçamentárias:

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir, no curso da execução orçamentária de 2020, créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) da despesa total fixada por esta Lei, não sendo considerados no cômputo desse limite os créditos suplementares:

- a) abertos para ajustar os dispêndios do Município ao efetivo comportamento da Receita, inclusive os provenientes de excesso de arrecadação na respectiva fonte de recursos;
- b) abertos para ajustar os dispêndios do Município ao efetivo comportamento da Despesa, inclusive os provenientes de superávit financeiro em exercício anterior;
- c) abertos para adaptar este Orçamento a alteração organizacional do Município;
- d) abertos para atender solicitação do Poder Legislativo;
- e) abertos para possibilitar o pagamento de pessoal admitido em conformidade com a Lei;
- f) abertos para regularizar pagamentos decorrentes de sentenças judiciais;
- g) revertidos, ou abertos para reverter créditos suplementares anteriores;

Dessa forma, o Poder Legislativo da municipalidade autorizou o Chefe do Executivo a proceder à abertura, no exercício de 2020, de suplementações orçamentárias no montante de 50% (cinquenta por cento) da despesa fixada no exercício de 2020, no valor de R\$186.052.000,00, ou seja, foi autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares no total de R\$93.026.000,00.

Destaco o quadro demonstrativo dos cálculos, elaborado pela Especializada:

Descrição	Valor - R\$
Total da despesa fixada	186.052.000,00
Limite para abertura de créditos suplementares 50,00%	93.026.000,00

Fonte: Lei dos Orçamentos Anuais – fls. 09/86.

Ressalta-se o elevado percentual de autorização ao Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares, podendo ocasionar um orçamento discrepante do que fora autorizado inicialmente pelo Poder Legislativo municipal. Farei constar em minha conclusão uma **RECOMENDAÇÃO** ao Chefe do Poder Executivo.

3.1.2 AUTORIZADOS PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

Com base na relação dos créditos adicionais abertos apresentada pelo município, a Especializada elaborou o quadro a seguir reproduzido, onde são evidenciadas as alterações orçamentárias ocorridas no exercício de 2020, autorizadas pela LOA.

SUPLEMENTAÇÕES

Alterações	Fonte de recursos	Anulação	59.892.352,51
		Excesso - Outros	10.654.089,52
		<i>Superavit</i>	15.471.113,96
		Convênios	0,00
		Operação de crédito	0,00
(A) Total das alterações			86.017.555,99
(B) Créditos não considerados (exceções previstas na LOA)			26.455.842,43
(C) Alterações efetuadas para efeito de limite = (A – B)			59.561.713,56
(D) Limite autorizado na LOA			93.026.000,00
(E) Valor total dos créditos abertos acima do limite = (C – D)			0,00

Fonte: Lei dos Orçamentos Anuais – fls. 09/86 e Relação dos Créditos Adicionais abertos com base na LOA – Quadro A.1 – fls. 1302/1304.

Nota: ressalta-se que os decretos referentes aos créditos extraordinários foram relacionados no item 3.3.4.

Conclui-se, da análise do quadro anterior, que a abertura de créditos adicionais se encontra dentro do limite estabelecido pela LOA, observando, portanto, o preceituado no inciso V, do artigo 167, da Constituição Federal.

3.1.3 AUTORIZADOS POR LEIS ESPECÍFICAS

Na Relação dos Créditos Adicionais com base em Leis Específicas – QUADRO A.2 (fl. 1305) emitida pela municipalidade, verifica-se que a abertura de créditos adicionais se encontra dentro do limite estabelecido nas leis autorizativas, observando o preceituado no inciso V, do artigo 167, da Constituição Federal.

3.1.4 DOS CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS POR OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Durante o exercício foi aberto Crédito Adicional por Operação de Crédito no valor de R\$1.300.000,00 (Quadro A.2 – fls. 1305), com base na Lei n.º 1199/20 (fls. 102/103) e Decreto n.º 1659/20 (fls. 1698), estando a referida operação dentro do limite estabelecido na citada lei específica, de acordo com o art. 167 da Constituição Federal.

3.1.5 DOS CRÉDITOS ADICIONAIS EXTRAORDINÁRIOS

Durante o exercício foram abertos Créditos Adicionais Extraordinários no valor total de R\$10.790.114,03 (Quadro A.2 – fls. 1305), tendo sido dada ciência de sua abertura à Câmara Municipal, conforme documentação de fls. 239/245, em observância ao disposto no artigo 44 da LF nº 4.320/64, respeitando assim o disposto no § 3º do artigo 167 c/c o artigo 62, ambos, da Constituição Federal.

3.1.6 FONTES DE RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

No exame realizado pela Especializada, foi apurado que o somatório dos recursos financeiros existentes e disponíveis, em 31.12.2020, foi insuficiente para suportar o total das despesas executadas no exercício, nestas já consideradas as despesas incluídas por meio da abertura de créditos adicionais, conforme demonstrado na tabela seguinte:

RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO (EXCETO RPPS)

Natureza	Valor - R\$
I - <i>Superávit</i> do exercício anterior	0,00
II - Receitas arrecadadas	199.764.755,36
III - Total das receitas disponíveis (I+II)	199.764.755,36
IV - Despesas empenhadas	210.181.366,00
V - Aporte financeiro (extraorçamentário) ao instituto de previdência	0,00
VI - Total das despesas realizadas (IV+V)	210.181.366,00
VII - Resultado alcançado (III-VI)	-10.416.610,64

Fonte: prestação de contas de governo de 2019, processo TCE-RJ nº.210.913-5/2020, Anexo 10 Consolidado da Lei Federal nº. 4.320/64 - fls. 309/325 e Anexo 11 Consolidado da Lei Federal nº. 4.320/64 – fls. 326/455.

Nota: o município não possui RPPS.

Em vista disso, a especializada procedeu à análise dos créditos adicionais, tendo como base as fontes de recursos indicadas nos respectivos decretos de abertura, tendo concluído o seguinte:

- em relação à abertura de créditos adicionais por superávit financeiro, restou comprovada a existência de recursos disponíveis para abertura dos créditos adicionais, efetivados pelos Decretos n.ºs 1500/20, 1521/20, 1542/20, 1549/20, 1555/20, 1566/20, 1574/20, 1583/20, 1585/20, 1592/20, 1615/20, 1617/20, 1696/20 e 1767/20;

- no tocante à abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação, concluiu que, de todos os Decretos de abertura nesta modalidade, apenas não restou comprovada a existência de recursos disponíveis em relação aos Decretos nº 1665/20, 1695/20, 1736/20, 1743/20 e 1766/20, cuja análise transcrevo a seguir:

DECRETO Nº	FONTE	VALOR – R\$ (A)	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO COMPROVADO NA FONTE (R\$) (B)	FLS.	CRÉDITOS ABERTOS SEM A FONTE DE RECURSOS	RESULTADO APURADO (B)-(A) (R\$)
1665/20	1.311.01 - Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)	200.000,00	(41.712,95)	320	200.000,00	(241.712,95)
	1.311.06 - Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)	100.000,00	3.317,89		96.682,11	(96.682,11)
	1.311.14 – Serviço de Acolhimento Institucional	200.000,00	393,35	286	199.606,65	(199.606,65)
1695/20	1.990.00 - Outros Recursos Vinculados	15.500,00	6.819,18	292	8.680,82	(8.680,82)
1736/20	1.211.00 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	2.045.000,00	(22.928.686,71)	279	2.045.000,00	(20.122.479,79)
1743/20	1.211.00 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	761.206,92		-	761.206,92	
TOTAL		3.321.706,92	(22.959.869,24)		3.311.176,50	(20.669.162,32)

Fonte: Relação de Créditos Adicionais com a Fonte "Excesso de Arrecadação" – Quadro A.5 – fls. 1388, documentos às fls. 286, 292 e 279 e Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 309/325.

Portanto, constata-se que do total de créditos adicionais abertos por excesso de arrecadação, R\$3.311.176,50 foram abertos sem a respectiva fonte de recurso, **contrariando** o disposto no inciso V do artigo 167 da Constituição Federal.

Este fato será objeto da **Irregularidade e Determinação n.º 1**.

Verifica-se, ainda, que foram abertos créditos adicionais com base na fonte "**Tesouro**", mediante os Decretos n.ºs 1736/20 e 1766/20, totalizando o valor de R\$1.846.000,00.

Dessa forma, apresenta-se a seguir, a apuração do resultado na fonte Tesouro:

Receitas diversas	Previsão inicial (LOA)	Arrecadação	Resultado
Impostos, taxas e contribuição de melhoria	21.970.000,00	23.825.091,17	1.855.091,17
Patrimonial (excluídas as relativas a recursos vinculados)	157.100,00	32.123,67	-124.976,33
Serviços	5.000,00	0,00	-5.000,00
Exploração recursos naturais	1.118.900,00	0,00	-1.118.900,00
FPM	32.500.000,00	28.064.073,72	-4.435.926,28
ICMS desoneração	118.750,00	0,00	-118.750,00

Outras transferências da União	0,00	0,00	0,00
ICMS	33.125.000,00	28.971.117,70	-4.153.882,30
IPVA	4.125.000,00	2.785.223,22	-1.339.776,78
IPI exportação	600.000,00	834.597,02	234.597,02
CIDE	119.000,00	53.079,38	-65.920,62
Outras receitas correntes (incluir nesta rubrica receitas de indenizações, restituições, outras, se houver)	445.000,00	2.556.937,93	2.111.937,93
Receitas diversas	0,00	0,00	0,00
Totais das receitas	94.283.750,00	87.122.243,81	-7.161.506,19
Dedução para o Fundeb	13.708.750,00	11.679.362,60	2.029.387,40
Dedução/Outras receitas	0,00	0,00	0,00
Excesso / Deficit apurado na fonte tesouro	80.575.000,00	75.442.881,21	-5.132.118,79

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 309/325 e Lei dos Orçamentos Anuais – fls. 09/86.

Nota: as receitas relacionadas a multa e juros, dívida ativa e multa e juros de dívida ativa estão incluídas no grupo de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria.

Conforme demonstrado no quadro anterior, constata-se que **não houve** excesso de arrecadação apurado com a fonte tesouro, não suportando, desta forma, a abertura dos créditos em comento, em desacordo com o disposto no inciso V do artigo 167 da Constituição Federal.

Este fato será objeto da **Irregularidade e Determinação n.º 2**.

O **Parquet** de Contas acompanhou a proposição do corpo instrutivo, tendo consignado tal fato também como irregularidades em seu parecer.

Em virtude de não haver excesso de arrecadação suficiente para fazer face à abertura dos créditos adicionais n.ºs 1665/20 (fontes 1.311.01, 1.311.06 e 1.311.14), 1695/20 (fonte 1.990.00), 1736/20 (fonte 1.211.00) e 1743/20 (fonte 1.211.00), no valor total de R\$3.321.706,92, conclui-se que R\$3.311.176,50 foram abertos sem a respectiva fonte de recursos, **não observando**, portanto, o

preceituado no inciso V do artigo 167 da Constituição Federal. Desta forma, alinhame à sugestão do Corpo Técnico, e incluirei tal fato na minha conclusão como **IRREGULARIDADE e DETERMINAÇÃO**.

Em relação à análise dos créditos adicionais abertos pelos decretos n.ºs 1736/20 e 1766/20, na sub-fonte 1.001.99 – Recursos Ordinários, no valor total de R\$1.846.000,00, em que pese o Corpo Instrutivo ter considerado tais decretos como fonte “Tesouro”, procedendo à apuração apartada do resultado com base no Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, o que resultou em uma insuficiência de arrecadação de R\$5.132.118,79, culminando na sugestão de irregularidade, entendo que tal apuração deva ocorrer quando há impossibilidade de se verificar, com base nos relatórios extraídos do sistema contábil do ente, o correto resultado por fonte de recursos.

No caso concreto, verifiquei que o município apresentou às fls. 275/292 documento contábil denominado “Balancete Mensal da Realização das Fontes de Recurso (Receita) – de 01/01/2020 a 31/12/2020”, em que se demonstra, por fonte de recurso, a ocorrência de excesso ou insuficiência de arrecadação no exercício. No caso da sub-fonte 1.001.99 – Recursos Ordinários, o demonstrativo a fls. 276 indica um excesso de arrecadação de R\$32.455.812,84, suficiente para fazer face à abertura dos créditos adicionais pelos decretos n.ºs 1736/20 e 1766/20, no valor total de R\$1.846.000,00.

Destaca-se que foi com base nesse documento que a Especializada admitiu, em sua análise, a ocorrência de insuficiência de arrecadação na sub-fonte 1.211.00 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde, no valor de R\$22.928.686,71 (fls. 279), bem como excesso de arrecadação insuficiente nas sub-fontes 1.311.14 – Serviço de Acolhimento Institucional, no valor de R\$393,35 (fls. 286), e 1.990.00 – Outros Recursos Vinculados, no valor de R\$6.819,18 (fls. 292), que culminaram na sugestão da irregularidade anterior, em face da abertura dos créditos adicionais pelos decretos n.ºs 1665/20, 1695/20, 1736/20 e 1743/20. Ressalto

que a especializada, em sua apuração de fls. 1724, não desconsiderou as sub-fontes que se enquadrariam no grupo de fontes do Tesouro, que já foram analisadas anteriormente, em face dos outros decretos de abertura de créditos adicionais, não havendo compensação de saldos de fontes em relação aos decretos a elas relacionados, gerando inconsistências.

Considerando que é permitido ao ente fazer o uso de sub-fontes de recursos dentro de um determinado grupo, a fim de permitir um melhor controle orçamentário e financeiro dos diversos programas de trabalho e destinação específica de recursos, como a título de exemplo, no caso do município de Guapimirim, a criação de sub-fontes 1.211.00 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde e 1.001.99 – Recursos Ordinários, sub-fontes estas que, em sua essência, pertencem à categoria de grupo de fontes do Tesouro, peço vênia à apuração do Corpo Instrutivo e valho-me da informação apresentada pelo sistema contábil do município, em que se demonstrou que o excesso de arrecadação de R\$32.455.812,84 foi suficiente à abertura dos créditos adicionais pelos decretos n.ºs 1736/20 e 1766/20, no valor total de R\$1.846.000,00, afastando, com isso, a sugestão da irregularidade proposta pela Especializada e corroborada pelo Ministério Público de Contas.

3.1.7 ORÇAMENTO FINAL

Considerando as alterações orçamentárias já analisadas nos tópicos precedentes, chegou-se a um Orçamento Final no valor de R\$226.157.396,28, que representa um acréscimo de 21,56% em relação ao orçamento inicial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
-----------	-------------

(A) Orçamento inicial		186.052.000,00
(B) Alterações:		105.362.575,82
Créditos extraordinários	10.790.114,03	
Créditos suplementares	92.900.217,60	
Créditos especiais	1.672.244,19	
(C) Anulações de dotações		65.257.179,54
(D) Orçamento final apurado (A + B - C)		226.157.396,28
(E) Orçamento registrado no comparativo da despesa autorizada com a realizada consolidado – Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64		226.885.140,47
(F) Divergência entre o orçamento apurado e os registros contábeis (D - E)		-727.744,19

Fonte: Anexo 11 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 326/455, Relação dos Créditos Adicionais abertos com base na LOA – Quadro A.1 – fls. 1302/1304 e Relação dos Créditos Adicionais abertos com base em Leis Específicas – Quadro A.2 – fls. 1305.

Nota: cabe destacar que a diferença se refere ao valor do crédito suplementar aberto por meio do decreto nº 1602/20, tendo como base legal a Lei nº 1191/20, que foi revogada pela Lei nº 1210/20, conforme se verifica às fls. 106/107.

De acordo com o quadro acima, o valor do orçamento final apurado não guarda paridade com o registrado no Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64, motivo pelo qual incluirei tal ocorrência na minha conclusão como **IMPROPRIEDADE e DETERMINAÇÃO**.

3.2 RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.2.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A execução orçamentária, em 31.12.2020, apresentou um resultado deficitário, conforme se demonstra:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Natureza	Consolidado	Regime próprio de previdência	Valor sem o RPPS
Receitas Arrecadadas	199.764.755,36	0,00	199.764.755,36
Despesas Realizadas	210.181.366,00	0,00	210.181.366,00
Deficit Orçamentário	-10.416.610,64	0,00	-10.416.610,64

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 - fls. 309/325 e Anexo 11 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 326/455.

Nota: o município não possui RPPS.

3.2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

A Receita Arrecadada no exercício foi superior à previsão atualizada, ocorrendo, portanto, um excesso de arrecadação no valor de R\$13.712.755,36, o que significa um acréscimo de 7,37 pontos percentuais em relação ao total da arrecadação prevista.

ARRECAÇÃO NO EXERCÍCIO

Natureza	Previsão Atualizada R\$	Arrecadação R\$	Saldo	
			R\$	Percentual
Receitas correntes	181.767.000,00	199.130.314,96	17.363.314,96	9,55%
Receitas de capital	4.285.000,00	634.440,40	-3.650.559,60	-85,19%
Receita intraorçamentária	0,00	0,00	0,00	-
Total	186.052.000,00	199.764.755,36	13.712.755,36	7,37%

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 309/325.

Nota: nos valores das receitas já foram consideradas as devidas deduções.

O valor da receita arrecadada, informado no Balanço Orçamentário Consolidado, guarda paridade com o registrado no Anexo 10 da Lei Federal n.º 4.320/64.

A Especializada apontou, ainda, que a Coordenadoria de Controle de Receita – CCR realizou, no exercício de 2020, auditorias de monitoramento referentes às auditorias governamentais executadas em 2014 e 2015, tendo sido constatado que o município não cumpriu integralmente os requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal pela instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de sua competência constitucional. Tal fato será objeto de **IMPROPRIEDADE** e **DETERMINAÇÃO** na conclusão do meu Voto.

3.2.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Ao se comparar a Despesa Autorizada Final (R\$226.885.140,47) com a Despesa Realizada no exercício (R\$210.181.366,00) tem-se uma realização correspondente a 92,64% dos créditos autorizados, gerando uma economia orçamentária de R\$16.703.774,47, conforme demonstrado a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA							
Natureza	Inicial - R\$ (A)	Atualizada - R\$ (B)	Empenhada - R\$ (C)	Liquidada - R\$ (D)	Paga - R\$ (E)	Percentual empenhado (C/B)	Economia orçamentária (B-C)
Total das despesas	186.052.000,00	226.885.140,47	210.181.366,00	204.520.859,61	196.913.152,32	92,64%	16.703.774,47

Fonte: Dotação inicial - Lei dos Orçamentos Anuais – fls. 09/86 e Balanço Orçamentário – fls. 456/462.

O saldo da despesa empenhada consignado no Balanço Orçamentário guarda consonância com o Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64.

3.3 RESTOS A PAGAR

A tabela abaixo demonstra que houve cancelamentos de restos a pagar processados e não processados liquidados no valor de R\$2.334.936,81, cuja obrigação já fora cumprida pelo credor, o que caracteriza, a princípio, a ilegalidade desses cancelamentos, conforme previsto nos artigos 62 e 63 da Lei Federal n.º 4.320/64. Entretanto, tais cancelamentos foram justificados, conforme documentação acostada às fls. 463/757, tratando-se de parcelamentos, não concretização de despesas, troca de fontes de recursos e saldos não utilizados.

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/12/2019				
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	4.432.663,18	18.391.162,39	-	13.703.398,84	2.334.936,81	6.785.489,92
Restos a Pagar Não Processados	4.566.800,98	15.065.394,58	7.251.921,01	6.126.241,33	12.345.278,08	34.996,47
Total	8.999.464,16	33.456.556,97	7.251.921,01	19.829.640,17	14.680.214,89	6.820.486,39

Fonte: Balanço Orçamentário consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 456/462.

Nota: não foi verificado cancelamento de restos a pagar processados na Câmara Municipal.

4 GESTÃO FINANCEIRA

O Município de GUAPIMIRIM não alcançou o equilíbrio financeiro necessário ao atendimento do §1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00, apresentando um *deficit* financeiro da ordem de R\$6.137.483,77, excluindo os saldos do ativo e do passivo financeiros referentes a convênios, conforme evidenciado no quadro a seguir:

APURAÇÃO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO

Descrição	Consolidado (A)	Regime Próprio de Previdência (B)	Câmara Municipal (C)	Convênios (D)	Valor considerado (E) = (A-B-C-D)
Ativo financeiro	18.287.024,40	0,00	0,00	784.997,84	17.502.026,56
Passivo financeiro	24.367.250,69	0,00	0,00	727.740,36	23.639.510,33
Deficit Financeiro	-6.080.226,29	0,00	0,00	57.257,48	-6.137.483,77

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – fls. 768/772, Balanço Patrimonial da Câmara – fls. 982/983, Relatório Saldos de Convênios, fls. 1575, e termo de ajuste de contas, fls. 1565/1567.

Nota 1: o município não possui RPPS.

Nota 2: Ajuste do Passivo Financeiro:

Passivo Financeiro (fls.769)	– R\$ 24.317.378,80
(+) termo de ajuste de contas (fls. 1565/1567)	– R\$ <u>49.871,89</u>
(=) Total do Passivo Financeiro Ajustado	– R\$ 24.367.250,69

O corpo Instrutivo e o *Parquet* de Contas caracterizaram o *deficit* financeiro como uma irregularidade.

Considerando que houve um aumento no déficit herdado da administração anterior (de R\$4,8 milhões em 2016 para aproximadamente R\$6,1 milhões em 2020) e, considerando ainda que foi emitido alerta nas prestações de contas de governo anteriores, informando ao gestor que, persistindo a situação de reiterados déficits até o final de seu mandato, o Tribunal se pronunciaria pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas, o fato de o município de Guapimirim não ter alcançado o equilíbrio financeiro (§1º, art. 1º da LRF) será motivo de **IRREGULARIDADE, DETERMINAÇÃO e ALERTA** ao final do meu voto.

5 SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O município de Guapimirim não possui Regime Próprio de Previdência Social, mas registrou contribuições ao Regime Geral de Previdência Social.

5.1 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Com relação ao RGPS, constata-se, da análise do quadro seguinte, que o Município de Guapimirim vem efetuando regularmente o repasse para o RGPS das contribuições previdenciárias, observando o disposto no artigo 22 e incisos c/c artigo 30, inciso I, alínea “b”, ambos da Lei Federal nº 8.212/91:

R\$1			
Contribuição	Valor Devido	Valor Repassado	Diferença
Do Servidor	7.164.692,19	7.164.692,19	0,00
Patronal	19.107.274,59	19.107.274,66	0,00
Total	26.271.966,78	26.271.966,85	0,00

Fonte: Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RGPS (modelo 24) – fls. 1289/1292.

Nota: os valores das contribuições referem-se a todas as unidades gestoras, exceto câmara municipal.

6 LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

6.1 DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública do município, apresentada no Demonstrativo da Dívida Consolidada, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Especificação	2019	2020		
	3º quadrimestre	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Valor da dívida consolidada	18.713.920,80	20.105.379,00	19.326.185,30	22.923.527,00
Valor da dívida consolidada líquida	-4.018.084,50	-1.673.787,10	-1.168.081,20	22.923.527,00
% da dívida consolidada líquida s/ a RCL	-2,12%	-0,87%	-0,61%	11,51%

Fonte: prestação de contas de governo de 2019 - processo TCE-RJ nº 210.913-5/2020 e processo TCE-RJ nº 201.887-7/21, RGF – 3º quadrimestre de 2020.

Verifica-se que, em todos os períodos, o Município de GUAPIMIRIM **respeitou** o limite previsto no inciso II do artigo 3º da Resolução do Senado Federal nº 40/01 (120% da RCL).

Ressalto, ainda, que o município não realizou operações de crédito, nem operação por antecipação de receita, nem concedeu garantias em operação de crédito, bem como não houve alienação de ativos no exercício de 2020.

6.2 DESPESAS COM PESSOAL

De acordo com a tabela a seguir, os **gastos com pessoal do Poder Executivo** encerraram o exercício de 2020 **acima do limite** imposto na alínea “b” do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00 (54% da RCL) tendo ultrapassado o limite de 54% desde o **3º quadrimestre de 2019**.

Descrição	2019				2020					
	1º quadr.	2º quadr.	3º quadrimestre		1º quadrimestre		2º quadrimestre		3º quadrimestre	
	%	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Poder Executivo	54,97%	53,19%	105.792.682,83	55,92%	108.519.331,93	56,60%	109.196.696,58	57,05%	111.081.297,31	55,78%

Fonte: prestação de contas de governo de 2019 - processo TCE-RJ nº 210.913-5/2020, e processos TCE-RJ nºs 213.658-8/20, 227.020-5/20 e 201.887-7/21 - RGF – 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2020.

Ressalto que os prazos para a recondução aos limites das Despesas com Pessoal estão suspensos, por força do §1º do artigo 65 da LRF, enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Federal n.º 06/2020. Não obstante, o fato de ter encerrado o exercício de 2020 com as despesas de pessoal acima do limite imposto na alínea “b” do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00 será considerado como **IMPROPRIEDADE e DETERMINAÇÃO** na conclusão do meu Voto.

Ressalto, ainda, que de acordo com documento subscrito pelo atual Chefe do Poder Executivo (fl. 1298), não houve aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final de mandato.

6.3 GASTOS COM EDUCAÇÃO

Preliminarmente, entendo importante rememorar que este Plenário, quando da apreciação das contas de governo do exercício de 2018, decidiu que, a partir da análise das contas de governo do exercício de 2020, encaminhadas em 2021, a aferição do cumprimento do art. 212 da CRFB (aplicação de 25% da receita resultante de impostos e de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino) consideraria apenas as despesas efetivamente pagas no exercício, bem como não seriam computadas as despesas efetuadas com a aquisição de uniformes escolares custeadas pelo município ou com recursos do FUNDEB.

6.3.1 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Conforme quadro abaixo, constato que o Município aplicou 14,48% (R\$12.010.467,09) das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, **não cumprindo**, assim, o mínimo fixado de **25%**

estabelecido no artigo 212, da Constituição Federal nem no artigo 215 da Lei Orgânica do Município – LOM:

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – EDUCAÇÃO BÁSICA

FONTE DE RECURSOS: IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS		
Modalidades de Ensino	Subfunção	Despesa Paga R\$
Ensino fundamental	361 – Ensino fundamental	5.958.920,42
Educação infantil	365 – Ensino infantil	104.745,67
Educação jovens e adultos (Consideradas no ensino fundamental)	366 – Educação jovens e adultos	0,00
Educação especial (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	367 – Educação especial	0,00
Demais subfunções atípicas (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	122 – Administração	187.492,36
	306 – Alimentação	0,00
	Demais subfunções	0,00
Subfunções típicas da educação registradas em outras funções		
(a) Subtotal das despesas com ensino da fonte Impostos e Transferência de Impostos		6.251.158,45
FONTE DE RECURSOS: FUNDEB		
Descrição		Despesa Paga R\$
(b) Despesas realizadas com ensino da fonte FUNDEB		33.861.908,81
Apuração do mínimo constitucional de aplicação em MDE		
(c) Total das despesas com ensino (a + b)		40.113.067,26
(d) Ganho de Recursos FUNDEB		21.543.502,40
(e) Total das despesas registradas como gasto em educação (c + d)		18.569.564,86
(f) Dedução do Sigfis/BO (fonte: impostos e transferência de imposto e fundeb)		2.602.233,72
(g) Cancelamento de restos a pagar dos exercícios anteriores		3.956.864,05
(h) Total das despesas consideradas para fins de limite constitucional (e - f - g)		12.010.467,09
(i) Receita resultante de impostos		82.921.495,57
(j) Percentual alcançado (limite mínimo de 25,00% - art. 212 da CF/88) (H/Ix100)		14,48%

Fonte: Quadro C.3 e Demonstrativos Contábeis – fls. 1056 e 1046/1053, Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 309/325, Documento de Cancelamentos de RP na fonte "Impostos e Transferências de Impostos" – fls. 1057/1060, Relatório Analítico Educação – fls. 1576/1590, e Quadro D.2 - Balancete na fonte "FUNDEB" – fls. 1096.

Nota (despesas na subfunção 122): Como o município não aplica recursos em ensino médio – subfunção 362, pode-se aferir que as despesas com a administração geral correspondem à educação básica, motivo pelo qual foram incluídas na base de cálculo do limite da educação.

Nota (linha d): após apuração do Fundeb para o exercício, verifica-se que o município teve um ganho líquido no valor de R\$21.543.502,40 (transferência recebida R\$33.222.865,00 e contribuição R\$11.679.362,60 – fls. 320 e 325 do Anexo 10 Consolidado).

Nota (linha f): foram registradas despesas não consideradas no cálculo do limite, conforme verificado no SIGFIS e abordado no item '5.3.1 – Da verificação do enquadramento das despesas nos artigos 70 e 71 da Lei nº 9.394/96'.

A especializada, em sua apuração do índice da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, considerou como dedução na linha "(g)", referente aos cancelamentos de restos a pagar dos exercícios anteriores, o montante de R\$3.234.297,89, com a justificativa de que R\$722.566,16 já haviam sido deduzidos no exercício de 2019, totalizando os R\$3.956.864,05 que foram cancelados em 2020 referente a restos a pagar de exercícios anteriores.

Ocorre que, verificando a Prestação de Contas de Governo do exercício anterior (Processo TCE-RJ n.º 210.913-5/20), o montante de R\$722.566,16 que fora deduzido daquela apuração trata-se de cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores a 2019 que impactaram os índices anteriores, não se confundindo com o cancelamento de restos a pagar em 2020 de despesas executadas de 2019 (R\$3.956.864,05), razão pela qual mantive como exclusão do total de despesas consideradas a integralidade dos cancelamentos de restos a pagar de 2019, uma vez que naquele exercício não houve o cumprimento do índice constitucional (21,95%).

Na verificação das despesas com MDE, foram identificados gastos que não pertencem ao exercício de 2020, bem como despesas de natureza assistencial (gastos com uniformes), a seguir discriminados, em desacordo com artigo 212 da

Constituição Federal c/c com o artigo 21 da Lei n.º 11.494/07, sendo tal fato considerado em minha conclusão como **IMPROPRIEDADE e DETERMINAÇÃO**:

- a) gastos que não pertencem ao exercício de 2020, em desacordo com artigo 212 da Constituição Federal c/c com inciso II do artigo 50 da Lei Complementar n.º 101/00 e o artigo 21 da Lei n.º 11.494/07:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Pago – R\$
31/01/2020	35	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019 - SEC. EDUCAÇÃO PMG, CONFORME DEMONSTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS AS FLS. 06 - PROCESSO Nº 0962/2020.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Administração Geral	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	17.146,88	17.146,88
31/01/2020	36	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019 - SEC. M. EDUCAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS E PMG APOIO, CONFORME DEMONSTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS AS FLS. 07 E 08 - PROCESSO Nº 0962/2020.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Fundamental	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	133.334,07	133.334,07
SUBTOTAL – recursos próprios						150.480,95	150.480,95

10/01/2020	22	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2019 - SEC. EDUCAÇÃO/FUNDEB APOIO, CONFORME DEMONSTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS AS FLS. 12 - PROCESSO Nº 11908/2019.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Fundamental	Transferências do Fundeb 40%	87.443,64	87.443,64
31/01/2020	38	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019 - SEC. M. EDUCAÇÃO /FUNDEB FUNDAMENTAL, CONFORME DEMONSTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS AS FLS. 10 - PROCESSO Nº 0962/2020.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Fundamental	Transferências do Fundeb 60%	1.932.271,12	1.932.271,12
31/01/2020	40	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019 - SEC. M. EDUCAÇÃO /FUNDEB INFANTIL, CONFORME DEMONSTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS AS FLS. 11 - PROCESSO Nº 0962/2020.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Educação Infantil	Transferências do Fundeb 60%	191.829,39	191.829,39

31/01/2020	42	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019 - SEC. M. EDUCAÇÃO /FUNDEB APOIO, CONFORME DEMONSTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS AS FLS. 12 - PROCESSO Nº 0962/2020.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Fundamental	Transferências do Fundeb 40%	204.147,72	204.147,72
SUBTOTAL – Fundeb						2.415.691,87	2.415.691,87
TOTAL						2.566.172,82	2.566.172,82

Fonte: Relatório Analítico Educação – fls. 1576/1590.

b) despesas com aquisição de uniformes e afins não devem ser considerados para a apuração do cumprimento dos limites da educação, assim como não poderão ser financiadas com recursos do FUNDEB, uma vez que se referem a gastos de natureza assistencial:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Pago – R\$
07/02/2020	50	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PA ATENDER TODOS OS ALUNOS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GUAPIMIRIM, CONFORME PERECER DA PGM AS FLS. 423/443 E 755/758, PARECER DA CGM AS FLS. 759 A 762, HOMOLOGAÇÃO	COELHO E MACHADO COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EIRELI-	Ensino Fundamental	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	166.054,80	0,00

07/02/2020	51	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ATENDER TODOS OS ALUNOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GUAPIMIRIM, CONFORME PERECER DA PGM AS FLS. 423/443 E 755/758, PARECER DA CGM AS FLS. 759 A 762, HOMOLOGAÇÃO A	COELHO E MACHADO COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EIRELI-	Educação Infantil	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	36.060,90	36.060,90
07/02/2020	52	PAGAMENTO DE AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ATENDER TODOS OS ALUNOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE	HAWAI 2010 COMERCIAL EIRELI	Educação Infantil	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	37.838,55	0,00
07/02/2020	53	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ATENDER TODOS OS ALUNOS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GUAPIMIRIM, CONFORME PERECER DA PGM AS FLS. 423/443 E 755/758, PARECER DA CGM AS FLS. 759 A 762, HOMOLOGAÇÃO	HAWAI 2010 COMERCIAL EIRELI	Ensino Fundamental	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	174.240,60	0,00
TOTAL						414.194,85	36.060,90

Fonte: Relatório Analítico Educação – fls. 1576/1590.

Acerca do não cumprimento do limite mínimo constitucional, o Corpo Técnico assim se manifestou:

O não cumprimento da aplicação mínima estabelecida configuraria objeto de Irregularidade. Entretanto, o agravamento da pandemia do Covid-19 no país provocou diversas suspensões de atividades, incluindo as aulas presenciais em toda a rede municipal de ensino durante grande parte do exercício de 2020, interrupção de investimentos e manutenções diversos na área do ensino público, suspensão de fornecimento de merenda escolar, ou seja, ocorreu, consequentemente, queda no dispêndio público na educação, prejudicando sobremaneira o atingimento do índice constitucional. Contudo, tal redução do gasto público deve ser entendida no sentido de preservação, e não desperdício, em virtude do necessário enfrentamento da pandemia em outras frentes que se fizeram e ainda se fazem necessárias com a urgência que o caso requer, sendo assim, entende-se que, *in casu*, o não cumprimento do índice previsto no art. 212 da Constituição Federal possa ser excepcionalmente tratado como impropriedade.

Isto posto, e constatando que o município aplicou **15,36%** das receitas de impostos e transferências de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, tal fato será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 6**.

O douto Ministério Público de Contas, em seu parecer, concorda com a proposta do Corpo Instrutivo, acrescentando uma determinação ao atual Prefeito municipal para que aplique, adicionalmente, em 2021, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor que deixou de ser aplicado em 2020, conforme determina o artigo 4º, §4º, da Lei Federal nº 7.348/85.

Como é sabido, a pandemia causada pelo novo coronavírus impôs um cenário de gravidade não somente na saúde, seja ela pública ou privada, como também em diversos setores da economia, tendo afetado por consequência todos os níveis da administração pública.

Os efeitos negativos deste cenário se mostraram intensos durante o exercício de 2020, estando ainda presentes em 2021.

Diante dessa conjuntura, entendo pertinente relevar, neste exercício, a irregularidade pelo não cumprimento do limite mínimo previsto no art. 212 da Constituição Federal, configurando-o como **IMPROPRIEDADE** e **DETERMINAÇÃO**. Entretanto, não me parece apropriado acompanhar na íntegra a proposição do Parquet de Contas, no sentido de obrigar o município a aplicar ainda em 2021 o que deixou de ser aplicado em 2020, sendo que farei constar uma determinação para que até o término do atual mandato do Chefe do Poder Executivo, ou seja, até o exercício de 2024, aplique adicionalmente na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o valor de R\$8.719.906,80, proveniente do que deixou de ser aplicado em 2020, considerando o limite mínimo de 25% da receita líquida de impostos, sem prejuízo do cumprimento do referido mínimo constitucional nos respectivos exercícios.

Com relação ao repasse de recursos à educação, o Corpo Instrutivo fez as seguintes considerações:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394, de 20.12.1996, dispõe em seu § 5º do artigo 69 que o repasse dos 25% da receita resultante de impostos e transferências de impostos, a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino, deverá ocorrer imediatamente do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao órgão responsável pela educação.

O artigo 69 da LDB estabelece uma série de regras e prazos para transferência dos recursos arrecadados ao órgão responsável pela educação, bem como sanções e responsabilização pelo atraso. Neste sentido, faz necessário a abertura de conta específica distinta daquela em que se encontram os recursos do Tesouro para implementação de tais regras.

De acordo com a documentação apresentada pelo jurisdicionado às fls. 1061/1090, verifica-se que o município cumpriu parcialmente as regras estabelecidas no § 5º do artigo 69 da LDB, uma vez que não ficou comprovado que o titular da conta específica é o órgão responsável pela Educação.

Este fato será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 7**.

Em virtude do não cumprimento das regras estabelecidas no § 5º do artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no exercício de 2020, acompanho a proposição da especializada, incluindo tal fato na minha conclusão como **IMPROPRIEDADE** e **DETERMINAÇÃO**.

6.3.2 FUNDEB

O Município, no exercício de 2020, registrou como recursos do FUNDEB o valor de R\$33.234.229,94 (R\$33.222.865,00 + R\$11.364,94 de aplicações financeiras).

6.3.2.1 APLICAÇÃO MÍNIMA LEGAL (95%)

Observa-se, no quadro a seguir, que o município utilizou 96,73% dos recursos do FUNDEB de 2020, **obedecendo**, assim, ao disposto no § 2º do art. 21 da Lei nº 11.494/07:

CÁLCULO DAS DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS DO FUNDEB			
Descrição	Valor - R\$		
(A) Recursos recebidos a título de Fundeb no exercício			33.222.865,00
(B) Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb			11.364,94
(C) Total das receitas do Fundeb no exercício (A + B)			33.234.229,94
(D) Total das despesas empenhadas com recursos do Fundeb no exercício		34.562.799,30	
(E) <i>Superavit</i> financeiro do Fundeb no exercício anterior		496.304,88	
(F) Despesas não consideradas		1.919.386,99	
i. Exercício anterior	1.919.386,99		
ii. Desvio de finalidade	0,00		
iii. Outras despesas	0,00		
(G) Cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores		0,00	
(H) Total das despesas consideradas como gastos do Fundeb no exercício (D - E - F - G)			32.147.107,43
(I) Percentual alcançado (mínimo = 95%) (H/C)			96,73%

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls.309/325, Quadro C.1 e Demonstrativos Contábeis – fls.1054 e 1046/1053, Documentos de Cancelamentos de RP na fonte FUNDEB – fls. 1171/1173, Relatório Analítico Educação – fls. 1576/1590 e prestação de contas de governo de 2019 - processo TCE-RJ n.º 210.913-5/2020.

Nota 1 (item F.i - Exercício Anterior): Foram identificadas despesas no montante de R\$2.415.691,87, que não pertencem ao exercício de 2020, conforme evidenciado no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis e tratado no item 5.3.1 deste relatório, contudo foram excluídas do cálculo das despesas empenhadas com recursos do Fundeb, apenas o montante de R\$1.919.386,99, não suportado pelo *superavit* financeiro do Fundeb no exercício anterior.

Nota 2: embora tenha ocorrido cancelamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores (R\$138.652,64), o mesmo não será excluído do total das despesas consideradas como gastos do Fundeb, tendo em vista que o montante cancelado não impactaria o cálculo do limite, ou seja, mesmo desconsiderando o valor das despesas ora canceladas o município ainda assim cumpriria o limite naqueles exercícios.

Nota-se, ainda, na tabela acima, que a conta FUNDEB registrou ao final do exercício de 2019 um *superavit* financeiro de R\$496.304,88, e, segundo análise realizada pela Especializada, somente o valor de R\$365.605,47 foi utilizado no exercício de 2020, em desacordo com o previsto no §2º do artigo 21 da Lei Federal n.º 11.494/07, por meio dos créditos adicionais abertos em 10/01/2020 e 23/03/2020, dentro do 1º trimestre, conforme decretos n.ºs 1500/2020 e 1549/2020 às fls. 1094/1095. Tal fato será incluído em minha conclusão como **IMPROPRIEDADE e DETERMINAÇÃO**.

Em relação às despesas não consideradas na apuração, no valor de **R\$1.919.386,99**, tem-se que tal montante deva ser ressarcido, com recursos ordinários, à conta do Fundeb, por estarem em desacordo com o artigo 21 da Lei n.º 11.494/07, sendo tal fato objeto de **COMUNICAÇÃO** ao responsável pelo Controle Interno do município, para que comprove, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o efetivo ressarcimento do recurso à conta do Fundeb.

Destaca-se, também, que a Lei Federal nº 14.113/2020, em seu artigo 25, parágrafo 3º, dispões que, a partir do exercício de 2021, até 10% (dez por cento) desses recursos poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. Desta forma, tal metodologia será considerada por ocasião da análise da prestação de contas de governo do município do exercício de 2021, a serem encaminhadas a esta Corte no exercício de 2022, sendo tal fato inserido como item de **COMUNICAÇÃO** ao atual prefeito municipal na conclusão do meu Voto.

6.3.2.2 PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (60%)

De acordo com a tabela abaixo, o Município de GUAPIMIRIM aplicou 72,71% dos recursos do FUNDEB no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério, **cumprindo**, assim, o limite mínimo estabelecido no artigo 22 da Lei Federal nº 11.494/07.

PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	
(A) Total registrado como pagamento dos profissionais do magistério	26.289.520,34
(B) Dedução do Sigfis relativo aos profissionais do magistério	2.124.100,51
(C) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores - magistério	100,00
(D) Total apurado referente ao pagamento dos profissionais do magistério (A - B - C)	24.165.319,83
(E) Recursos recebidos do Fundeb	33.222.865,00
(F) Aplicações financeiras do Fundeb	11.364,94
(G) Complementação de recurso da União	0,00
(H) Total dos recursos do Fundeb (E + F + G)	33.234.229,94
(I) Percentual do Fundeb na remuneração do magistério do ensino básico (mínimo 60,00% - artigo 22 da Lei 11.494/07) (D/H)x100	72,71%

Fonte: Quadro D.1 e demonstrativo contábil – fls. 1093 e 1091/1092 e Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 309/325.

6.3.2.3 RESULTADO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (2021)

Em relação ao resultado financeiro do Fundeb, verifiquei que o *deficit* financeiro para o exercício de 2021, apurado no quadro a seguir (R\$693.611,84), não está em consonância com o *deficit* financeiro registrado pelo município no Balancete Contábil de Verificação do FUNDEB (R\$137.249,78), resultando em uma diferença de R\$556.362,06, motivo pelo qual será incluída em minha conclusão como **IMPROPRIEDADE e DETERMINAÇÃO**.

RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDEB PARA O EXERCÍCIO 2021

Descrição	Valor - R\$
Superavit financeiro em 31/12/2019	496.304,88
(+) Receita do Fundeb recebida em 2020	33.222.865,00
(+) Receita de aplicação financeira do Fundeb de 2020	11.364,94
(+) Ressarcimento efetuado à conta do Fundeb em 2020	0,00
(+) Créditos outros (depósitos, transferências, etc) em 2020	0,00
(+) Cancelamento de passivo financeiro (RP, Outros) efetuados em 2020	138.652,64
= Total de recursos financeiros em 2020	33.869.187,46
(-) Despesas empenhadas do Fundeb em 2020	34.562.799,30
= Deficit Financeiro Apurado em 31/12/2020	-693.611,84

Fonte: prestação de contas de governo de 2019 - processo TCE-RJ n.º 210.913-5/2020, Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 309/325, Quadro C.1 e Demonstrativos Contábeis – fls.1054 e 1046/1053 e Documentos de Cancelamentos de Passivos na Fonte FUNDEB – fls. 1171/1173.

O *deficit* financeiro de 31.12.2020 apresentado pelo município em seu Balancete (R\$137.249,78) deveria ser ressarcido ao Fundeb, visando ao reequilíbrio financeiro do Fundo. Entretanto, como visto anteriormente, já está sendo determinado o ressarcimento de R\$1.919.386,99, que se referem a despesas do exercício anterior, já descontado o superávit financeiro de 2019, sendo suficiente para cobrir o referido *déficit*.

Cabe, ainda, destacar que o parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, a fls. 1391, sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo concluiu pela aprovação com ressalva, conforme previsto no art. 24 c/c com o Parágrafo Único do art. 27 da Lei n.º 11.494/07.

6.4 GASTOS COM SAÚDE

Da análise do quadro a seguir, verifica-se que o município aplicou 35,40% das receitas de impostos e transferências de impostos em ações e serviços públicos de saúde, **cumprindo** o estabelecido no artigo 7º da Lei Complementar nº 141/12 (aplicação mínima de 15%):

DESCRIÇÃO	Valor - R\$
RECEITAS	
(A) Receitas de impostos e transferências (conforme quadro da educação)	82.921.495,57
(B) Dedução da parcela do FPM (art. 159, I, "d" e "e")	2.319.500,55
(C) Dedução do IOF-Ouro	0,00
(D) Total das receitas (base de cálculo da saúde) (A-B-C)	80.601.995,02
DESPESAS COM SAÚDE	
(E) Despesas pagas custeadas com recursos de impostos e transf. de impostos	28.467.539,44
(F) Restos a pagar processado e não processados , relativos aos recursos de impostos e transf. de impostos, com disponibilidade de caixa	64.227,65
(G) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores com disponibilidade financeira	0,00
(H) Total das despesas consideradas = (E+F-G)	28.531.767,09
(I) Percentual das receitas aplicado em gastos com saúde (H/D) mínimo 15%	35,40%
(J) Valor referente à parcela que deixou de ser aplicada em ASPS no exercício	0,00

Fonte Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 309/325, Quadro E.1 e demonstrativos contábeis – fls. 1179 e 1176/1178, Quadro E.2 e demonstrativos contábeis – fls. 1193 e 1180/1192, Balancete Contábil de Verificação da Saúde - Quadro E.3 e documentação comprobatória – fls. 1194 e 1248/1252 e 1392/1446, documento de cancelamento de RP na fonte "Impostos e Transferências de Impostos" – fls. 1255/1259 e documentos de arrecadação do FPM de julho e dezembro – fls. 1598/1599.

Nota 1: as Emendas Constitucionais n.ºs 55 e 84 estabeleceram um aumento de 1% no repasse do FPM (alíneas "d" e "e", inciso I, artigo 159 da CRFB), a serem creditados nos primeiros decêndios dos meses de julho e dezembro. De acordo com comunicado da STN, os créditos ocorreram nos dias 09/07/2020 e 09/12/2020. No entanto, esta receita não compõe a base de cálculo da saúde, prevista no artigo 198, § 2º, inciso III da CRFB, da mesma forma que o IOF-Ouro.

O município também cumpriu o estabelecido no artigo 206, §2º, da sua Lei Orgânica, que determina que o município deverá gastar 15,00% das despesas globais do Orçamento Anual do Município com saúde.

DESCRIÇÃO	Valor – R\$
DESPESA GLOBAL DO MUNICÍPIO (I)	210.181.366,00
DESPESA TOTAL COM SAÚDE (II)	61.584.417,74
% DA DESPESA TOTAL COM SAÚDE (II)/(I)	29,30%

Fonte: Anexo 8 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 307/308.

Importante destacar que o município repassou a integralidade dos recursos de saúde (R\$61.584.417,74) para o FMS, **cumprindo**, assim, o estabelecido no parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 141/12.

Destaco, ainda, que o Conselho Municipal de Saúde, através do parecer a fls. 1451, opinou **favoravelmente** quanto à aplicação dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, na forma do artigo 33 da Lei n.º 8.080/90 c/c § 1º, artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12.

6.5 REPASSE FINANCEIRO PARA O LEGISLATIVO

6.5.1 VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (ART. 29-A, § 2º, INCISOS I e III)

A especializada, em sua análise, assim se pronunciou:

RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE TRANSFERÊNCIA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2019	VALOR (R\$)
(A) RECEITAS TRIBUTÁRIAS (TRIBUTOS DIRETAMENTE ARRECADADOS)	
1112.01.00 - ITR DIRETAMENTE ARRECADADO	0,00
1112.02.00 - IPTU	4.520.564,65
1112.04.00 - IRRF	3.877.669,24
1112.08.00 - ITBI	1.141.293,21
1113.05.00 - ISS (incluindo o Simples Nacional - SNA)	11.118.695,87
Outros Impostos	0,00
1120.00.00 - TAXAS	3.572.777,08
1130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00
1230.00.00 - CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP	6.242.363,27
RECEITA DE BENS DE USO ESPECIAL (cemitério, mercado municipal, etc) (1)	0,00
SUBTOTAL (A)	30.473.363,32
(B) TRANSFERÊNCIAS	
1721.01.02 - FPM	29.450.610,05
1721.01.05 - ITR	64.182,37
1721.01.32 - IOF-OURO	0,00
1721.36.00 - ICMS Desoneração LC 87/96	0,00
1722.01.01 - ICMS	29.307.893,94
ICMS Ecológico	0,00
1722.01.02 - IPVA	2.882.375,85
1722.01.04 - IPI - Exportação	659.131,90
1722.01.13 - CIDE	0,00
SUBTOTAL (B)	62.364.194,11
(C) DEDUÇÃO DAS CONTAS DE RECEITAS	0,00
(D) TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS (A + B - C)	92.837.557,43
(E) PERCENTUAL PREVISTO PARA O MUNICÍPIO	7,00%
(F) TOTAL DA RECEITA APURADA (D x E)	6.498.629,02
(G) GASTOS COM INATIVOS	
(H) LIMITE MÁXIMO PARA REPASSE DO EXECUTIVO AO LEGISLATIVO EM 2020 (F + G)	6.498.629,02

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 do exercício anterior às fls. 1269/1285 e Anexo 2 da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 965/969.

Nota (1): Receitas de mercado municipal, de cemitério, de aeroporto, de terra dos silvícolas, conforme voto proferido no processo TCE-RJ n.º 261.314-8/02.

[...]

Verifica-se que o limite de repasse do Executivo para o Legislativo, em função do disposto no artigo 29-A, §2º, inciso I, da Constituição Federal, **não foi respeitado**, uma vez que na análise levada a efeito no Balanço Financeiro da Câmara Municipal, constata-se que houve a devolução, no exercício de 2020, ao Poder Executivo, de apenas parte do valor recebido acima do limite máximo permitido pelos incisos do artigo 29-A da CRFB, conforme demonstrado a seguir:

R\$			
Limite de repasse permitido Art. 29-A	Repasse recebido (A)	Valor devolvido ao poder executivo (B)	Repasse apurado após devolução (C) = (A) – (B)
6.498.629,02	6.503.123,16	452,08	6.502.671,08

Fonte: Balanço Financeiro da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 980/981 e comprovante de devolução de duodécimos à Prefeitura – fls. 1286.

Este fato será objeto da **Irregularidade e Determinação n.º 4**.

A sugestão de irregularidade foi acompanhada pelo Ministério Público de Contas em seu parecer.

Preliminarmente, constato que o Corpo Instrutivo não considerou, em sua apuração do limite máximo para repasse ao Legislativo, a receita de transferência da cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, no valor de R\$64.202,13, provavelmente induzido a erro pelo fato de o município ter contabilizado tal receita em rubrica diversa – 1.7.1.8.99.01.01.01 – Outras transferências da União – CIDE.

Como tal receita deve ser considerada na apuração do limite previsto no art. 29-A da Constituição Federal, procedi ao seu recálculo, a seguir demonstrado:

RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE TRANSFERÊNCIA DO MUNICÍPIO NO
EXERCÍCIO DE 2019

VALOR (R\$)

(A) RECEITAS TRIBUTÁRIAS (TRIBUTOS DIRETAMENTE ARRECADADOS)	
1112.01.00 - ITR DIRETAMENTE ARRECADADO	0,00
1112.02.00 - IPTU	4.520.564,65
1112.04.00 - IRRF	3.877.669,24
1112.08.00 - ITBI	1.141.293,21
1113.05.00 - ISS (incluindo o Simples Nacional - SNA)	11.118.695,87
Outros Impostos	0,00
1120.00.00 - TAXAS	3.572.777,08
1130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00
1230.00.00 - CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP	6.242.363,27
RECEITA DE BENS DE USO ESPECIAL (cemitério, mercado municipal, etc) (1)	0,00
SUBTOTAL (A)	30.473.363,32
(B) TRANSFERÊNCIAS	
1721.01.02 - FPM	29.450.610,05
1721.01.05 - ITR	64.182,37
1721.01.32 - IOF-OURO	0,00
1721.36.00 - ICMS Desoneração LC 87/96	0,00
1722.01.01 - ICMS	29.307.893,94
ICMS Ecológico	0,00
1722.01.02 - IPVA	2.882.375,85
1722.01.04 - IPI - Exportação	659.131,90
1718.99.01 - CIDE	64.202,13
SUBTOTAL (B)	62.428.396,24
(C) DEDUÇÃO DAS CONTAS DE RECEITAS	0,00
(D) TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS (A + B - C)	92.901.759,56
(E) PERCENTUAL PREVISTO PARA O MUNICÍPIO	7,00%
(F) TOTAL DA RECEITA APURADA (D x E)	6.503.123,17
(G) GASTOS COM INATIVOS	-
(H) LIMITE MÁXIMO PARA REPASSE DO EXECUTIVO AO LEGISLATIVO EM 2020 (F + G)	6.503.123,17

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 do exercício anterior às fls. 1269/1285 e Anexo 2 da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 965/969.

Nota (1): Receitas de mercado municipal, de cemitério, de aeroporto, de terra dos silvícolas, conforme voto proferido no processo TCE-RJ n.º 261.314-8/02.

No demonstrativo a seguir, é evidenciado que o limite de repasse do Executivo para o Legislativo, conforme dispõe o art. 29-A, §2º, inciso I, da Constituição Federal, **foi respeitado**.

R\$	
Limite de repasse permitido art. 29-A	Repasse recebido
6.503.123,17	6.503.123,16

Isto posto, afasto a irregularidade apontada pelo Corpo Instrutivo e corroborada pelo Ministério Público de Contas.

6.5.2 VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ORÇAMENTO FINAL DA CÂMARA (ART. 29-A, § 2º, INCISO III)

A especializada, em sua análise, assim se pronunciou:

De acordo com a Lei Orçamentária e com o Balanço Orçamentário da Câmara (orçamento final), verifica-se que o total previsto para repasse ao Legislativo, no exercício de 2020, montava em R\$7.253.010,00.

Contudo, tal valor foi superior ao limite máximo estabelecido nos incisos do artigo 29-A da Constituição Federal, devendo prevalecer como limite de repasse, por conseguinte, aquele fixado na Carta Magna – R\$6.498.629,02.

Comparando este valor com o efetivamente repassado à Câmara Municipal, constata-se o repasse em maior montante, o qual se verifica, inclusive, ter sido superior ao limite máximo estabelecido nos incisos do artigo 29-A da Constituição Federal.

Verifica-se, ainda, que houve devolução no exercício de 2020, ao Poder Executivo, de parte do valor recebido acima do limite máximo permitido pelos incisos do artigo 29-A da CRFB. Entretanto, tal devolução de recursos não foi suficiente para o enquadramento dentro do limite estabelecido na Constituição Federal, como demonstrado a seguir:

R\$

Limite de repasse permitido Art. 29-A	Repasse recebido (A)	Valor devolvido ao poder executivo (B)	Repasse apurado após devolução (C) = (A) – (B)
6.498.629,02	6.503.123,16	452,08	6.502.671,08

Fonte: Balanço Financeiro da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 980/981 e comprovante de devolução de duodécimos à Prefeitura – fls. 1286.

Conforme se verifica, o valor repassado à Câmara Municipal, mesmo depois da devolução dos recursos, continua acima do limite estabelecido pela Constituição Federal, o que já sendo considerado como **Irregularidade** no item 5.5.1 desta instrução.

O *Parquet* de Contas também acompanhou a análise efetuada pela Instância Técnica.

Em virtude do equívoco anteriormente exposto acerca da não consideração na apuração pelo Corpo Instrutivo da cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, no valor de R\$64.202,13, procedi ao recálculo da verificação do orçamento final da Câmara Municipal, conforme art. 29-A, §2º, inciso III, a seguir demonstrado.

De acordo com a Lei Orçamentária e com o Balanço Orçamentário da Câmara (orçamento final), verifica-se que o total previsto para repasse ao Legislativo no exercício de 2020 apresentou um somatório de R\$7.253.100,00.

Contudo, tal valor foi superior ao limite máximo estabelecido nos incisos do artigo 29-A da Constituição Federal, devendo prevalecer como limite de repasse, por conseguinte, aquele fixado na Carta Magna – R\$6.503.123,17.

Comparando este valor com o efetivamente repassado à Câmara Municipal, constata-se o repasse em igual montante, tendo sido observado o disposto no inciso III, §2º do artigo 29-A da Constituição Federal, conforme se demonstra:

R\$

Limite de repasse permitido art. 29-A	Repasse recebido
6.503.123,17	6.503.123,16

Fonte: Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 977/979 e 980/981.

Isto posto, afasto a irregularidade apontada pelo Corpo Instrutivo e corroborada pelo Ministério Público de Contas.

Rememoro, por fim, que, na sessão plenária realizada em 04 de dezembro de 2019, o ilustrado Colegiado deste Órgão Constitucional de Controle Externo, acolhendo, na íntegra, os termos constantes do voto do Exmo. Conselheiro Substituto Relator Marcelo Verdini Maia, nos autos do Processo TCE-RJ n.º 216.281-7/19, acerca da consulta formulada quanto ao cômputo da contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública – COSIP na base de cálculo do teto dos gastos do Poder Legislativo, com reflexos do duodécimo mensal, revendo o posicionamento anterior, decidiu que a COSIP deve ser excluída das receitas tributárias para os fins pretendidos no art. 29-A da CRFB.

Naquela oportunidade, o Plenário desta Corte de Contas determinou a expedição de ofício a todos os chefes dos Poderes Executivos e Legislativos dos municípios jurisdicionados, alertando-os a respeito da nova metodologia de verificação do cumprimento do artigo 29-A da CRFB, que passará a ser considerada nas Contas de Governo relativas ao exercício de 2021, a serem encaminhadas no exercício de 2022.

Considerando a relevância da matéria, entendo importante reiterar, na conclusão do meu voto, a **COMUNICAÇÃO** alertando o gestor quanto à mudança de metodologia mencionada acima.

6.6 OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS EM FINAL DE MANDATO – ARTIGO 42 DA LRF

Da análise do quadro a seguir, verifica-se que o município **não observou** o disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00:

Total das Disponibilidades Financeiras em 31/12/2020	Total dos Encargos e das Despesas Compromissadas a Pagar em 31/12/2020	Disponibilidade de Caixa 31/12/2020
(A)	(B)	C = (A-B)
17.502.026,56	21.073.189,83	-3.571.163,27

Total das Disponibilidades de Caixa em 31/12/2020	Total das Obrigações de Despesas Contraídas	Insuficiência de Caixa - 31/12/2020 – Art. 42 LRF
(C)	(D)	E = (C-D)
-3.571.163,27	2.290.227,77	-5.861.391,04

Fonte: item (A) - Disponibilidades Financeiras Apuradas - Quadro I; item (B) - Encargos e Despesas a Pagar Apurados – Quadro II e item (D) - Planilha de Avaliação do artigo 42, fls. 1691.

Nota: composição dos valores do item "D"

Descrição	Valor - R\$	Valor Total - R\$	Planilhas Del. 248
Total das Obrigações de Despesas Contraídas		2.290.227,77	
Contratos Formalizados a partir de 01/05	0,00		
Restos a Pagar a partir de 01/05, considerados como despesas para efeito do artigo 42	2.240.355,88		
Despesas Não Inscritas em Restos a Pagar	0,00		
Dívidas Reconhecidas	49.871,89		

Todas as Planilhas constam em anexo (fls. 1565/1567, 1637/1684 e 1687/1688)

Considerando que as obrigações contraídas nos últimos dois quadrimestres sem a correspondente disponibilidade de caixa importaram em R\$2.290.227,77, a não observância do estabelecido no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 pelo Poder Executivo será motivo de **IRREGULARIDADE** e **DETERMINAÇÃO** em minha conclusão.

Em relação à avaliação do artigo 42, a Especializada apontou as seguintes inconsistências:

- divergência no montante de R\$2.114.684,02, apresentada entre o valor das disponibilidades financeiras registradas pela contabilidade e o evidenciado no Sistema SIGFIS/Del. TCE/RJ nº 248;

- divergência no montante de R\$6.873.051,15, apresentada entre o valor dos encargos e despesas compromissadas a pagar registrados pela contabilidade e o evidenciado no Sistema SIGFIS/Del. TCE/RJ nº 248.

Tais fatos serão considerados como **IMPROPRIEDADES** e **DETERMINAÇÕES** em minha conclusão.

A Especializada apontou também a necessidade de mudança de metodologia de apuração do cumprimento do artigo 42 da LRF, conforme transcrição abaixo:

A metodologia de apuração do cumprimento ao disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 aplicada por este Tribunal de Contas, até então, considera os valores referentes às disponibilidades de caixa e as obrigações de despesas contraídas, de forma global, sendo os montantes consolidados, independentemente das características das fontes de recursos com as quais guardam vinculação, expurgando, tão somente, os valores relativos aos convênios firmados e ao Regime Próprio de Previdência dos servidores, por possuírem destinação específica.

Faz-se mister esclarecer que, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 8º, dispõe que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica deverão ser utilizados

exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação; dessa forma, ao se apurar as disponibilidades de caixa que deverão suportar as obrigações contraídas nos dois últimos quadrimestres do final de mandato, faz-se necessário que se observe a vinculação dos recursos, a fim de dar cumprimento ao disposto no referido artigo.

Dessa forma, é imperioso que se promova a alteração da metodologia de apuração do cumprimento ao disposto no artigo 42, de modo que se observem as disponibilidades de caixa e as obrigações de despesas contraídas, de forma segregada, por fonte de recurso específica, uma vez que nos exercícios pretéritos foi adotado o critério de apuração de forma global e consolidada, expurgando somente os montantes referentes a convênios e previdência.

Entende-se, ainda, que tal mudança na metodologia deve ser levada a efeito no exercício referente ao final de mandato do atual chefe do Poder Executivo municipal, ou seja, referentes às Contas de Governo do exercício de 2024, encaminhadas a este Tribunal em 2025, sendo, da mesma forma, aplicada na análise das prestações de contas anuais de gestão do exercício de 2024 do titular do Poder Legislativo, conferindo, dessa forma, um prazo razoável para que os gestores se adequem à nova metodologia.

Esclarece-se, ainda, que essa nova metodologia será aplicada, também, ao final de mandato do atual chefe do Poder Executivo estadual, referentes às Contas de Governo do exercício de 2022, encaminhadas a este Tribunal em 2023, sendo, da mesma forma, aplicada na análise das prestações de contas anuais de gestão do exercício de 2022 dos titulares dos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como do Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, conforme o E. Plenário desta Corte decidiu nos autos do processo de prestação de contas de governo estadual, referente ao exercício de 2018 (Processo TCERJ 101.949-1/2019).

Neste sentido, será sugerido ao final desta instrução que o Plenário desta Corte promova Comunicação aos jurisdicionados informando a alteração da metodologia de apuração do cumprimento ao disposto no artigo 42 da LRF, passando a considerar as disponibilidades de caixa e as obrigações de despesas contraídas, de forma segregada, por fonte de recurso específica, em observância ao artigo 8º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

Acompanho o esposado pela Instrução, fazendo constar em minha conclusão **COMUNICAÇÃO** ao atual prefeito Municipal, alertando-o a respeito da alteração da metodologia de apuração do cumprimento ao disposto no artigo 42 da LRF, que, a partir das contas de governo do exercício de 2024, a serem em encaminhadas em 2025, este Tribunal passará a considerar as disponibilidades de caixa e as obrigações de despesas contraídas, de forma segregada, por fonte de recurso específica, em observância ao artigo 8º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

7 DEMAIS ASPECTOS RELEVANTES

7.1 ROYALTIES

Em conformidade com a Lei Federal n.º 7.990, de 28.12.89, alterada pela Lei Federal n.º 12.858/13, é vedada a aplicação dos recursos provenientes de *royalties* no quadro permanente de pessoal e no pagamento da dívida, excetuando-se o pagamento da dívida com a União e suas entidades e o custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica em tempo integral, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública.

Os recursos provenientes de *royalties* também podem ser utilizados para capitalização de fundos de previdência, conforme a Lei Federal nº 10.195/01.

Ressalto, por fim, que a Lei Federal nº 13.885/19, que regulamentou a transferência, da União para os municípios, das receitas de *royalties* decorrentes da cessão onerosa prevista na Lei Federal nº 12.276/10, estabeleceu que tais recursos devem ser destinados, alternativamente, para constituição de reserva financeira específica para pagamento das despesas previdenciárias ou investimentos.

7.1.1 RECEITAS

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos recursos dos *royalties* no exercício de 2020:

RECEITAS DE ROYALTIES

Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
I – Transferência da União			47.407.875,85
Compensação financeira de recursos hídricos		0,00	
Compensação financeira de recursos minerais		0,00	
Compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto e gás natural		47.407.875,85	
<i>Royalties</i> pela produção (até 5% da produção)	47.036.581,03		
<i>Royalties</i> pelo excedente da produção	0,00		
Participação especial	0,00		
Fundo especial do petróleo	371.294,82		
II – Transferência do Estado			2.022.774,05
III – Outras compensações financeiras			0,00
IV - Subtotal			49.430.649,90
V – Aplicações financeiras			1.349,00
VI – Total das receitas (IV + V)			49.431.998,90

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 1269/1285.

Nota: o valor da receita total consignado no quadro acima não contempla os valores arrecadados decorrentes de royalties recebidos a título de cessão onerosa previsto na Lei Federal n.º 13.885/2019.

7.1.2 DESPESAS

O demonstrativo, a seguir, evidencia as despesas custeadas com recursos da compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto, gás natural e recursos hídricos:

DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DOS ROYALTIES

Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$
I - Despesas correntes		42.445.203,65

	Pessoal e encargos	0,00	
	Juros e encargos da dívida	0,00	
	Outras despesas correntes	42.445.203,65	
II - Despesas de capital			241.851,00
	Investimentos	241.851,00	
	Inversões financeiras	0,00	
	Amortização de dívida	0,00	
III - Total das despesas (I + II)			42.687.054,65

Fonte: Quadro F.1 e demonstrativo contábil – fls. 1265 e 1260/1264.

O Município de GUAPIMIRIM aplicou 99,43% dos recursos provenientes dos *royalties* em despesas correntes. Neste sentido, farei constar, na minha conclusão, a **RECOMENDAÇÃO** para que o Município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.

Ressalto, por fim, que este Tribunal, revendo o posicionamento anterior, a respeito das vedações impostas pelo artigo 8.º da Lei Federal n.º 7.990/89, decidiu, quando da análise das contas de governo dos municípios referentes ao exercício de 2018, que a proibição de efetuar despesas com utilização de recursos de *royalties* alcança todos os recursos das compensações financeiras devidas pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, compreendidos os seguintes:

- a) *Royalties* pela produção (até 5% da produção) – art. 48 da Lei nº 9.478/97;
- b) *Royalties* pelo excedente de produção – art. 49 da Lei nº 9.478/97;
- c) *Royalties* sob o regime de partilha de produção – art. 42-B da Lei nº 12.351/10, incluído pela Lei nº 12.734/12;
- d) Participação especial – art. 50 da Lei nº 9.478/97.

O Plenário deste TCE, naquela ocasião, decidiu que a nova metodologia de verificação da utilização dos recursos dos *royalties* passaria a ser considerada apenas a partir das Contas de Governo relativas ao exercício de 2021, a serem encaminhadas no exercício de 2022.

Considerando a relevância da matéria, entendo importante reiterar, na conclusão do meu voto, a **COMUNICAÇÃO** alertando o gestor quanto à mudança de metodologia mencionada acima.

7.1.3 DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS *ROYALTIES* CONFORME LEI FEDERAL Nº 12.858/13

Conforme dispõe a Lei Federal nº 12.858, de 09 de setembro de 2013, das receitas provenientes dos *royalties* e participações especiais oriundos de contratos de exploração de petróleo assinados a partir de 03 de dezembro de 2012, deverão ser aplicadas 75% na área de educação e 25% na área de saúde, sendo tais recursos aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Segundo o Quadro F.3. – Aplicação de Recursos dos Royalties (Modelo 21) enviado pelo município, constata-se que foram aplicados 0,81% dos recursos dos *royalties* previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 na saúde e 0,20% na educação, não atendendo o disposto no § 3º, artigo 2º da mencionada legislação.

Aplicação de Recursos dos *Royalties* Pré-Sal

Descrição	Valor
Recursos Recebidos dos <i>Royalties</i> Previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013	1.689.435,28

Aplicação Mínima na Saúde – 25%	422.358,82
Aplicação de Recursos na Saúde	13.608,94
% aplicado em Saúde	0,81%
Saldo a aplicar	408.749,88
Aplicação Mínima na Educação – 75%	1.267.076,46
Aplicação de Recursos na Educação	3.360,00
% aplicado em Educação	0,20%
Saldo a aplicar	1.263.716,46

Fonte: Quadro F.3 – fls. 1268.

Com relação a este fato, a Especializada assim se pronunciou, sugerindo ao final impropriedade e determinação, sendo acompanhada pelo Ministério Público de Contas:

Como demonstrado, o Poder Executivo aplicou 0,81% dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 na saúde e 0,20% na educação, não atendendo o disposto no § 3º, artigo 2º da mencionada legislação.

No entanto, considerando que a aplicação dos recursos ficou restrita às destinações prevista na legislação, ficando o saldo remanescente a ser aplicado no exercício seguinte, tal fato será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 12**.

Entendo que a aplicação de aproximadamente 1% do total devido no exercício (0,81% na saúde e 0,20% na educação), ainda que nas funções de governo legalmente determinadas (saúde e educação), está dissonante ao estabelecido no art. 2º, §3º, da Lei federal n.º 12.858/13.

A aplicação parcial, sendo que, neste caso, irrisória, dos valores devidos no exercício, frustra a intenção do legislador ordinário, em destinar os recursos oriundos dos *Royalties* relativos à Lei Federal n.º 12.858/13 às políticas públicas de saúde e

educação, prejudicando sobremaneira a sociedade diretamente afetada por tal omissão do poder público.

Considerando que tais recursos advêm dos *royalties* e participações especiais oriundos de contratos de exploração de petróleo assinados a partir de 03.12.2012, conforme art. 2º, II, da Lei Federal n.º 12.858/13, e que o ingresso de tais recursos aos cofres municipais, em sua essência, apesar de provenientes de fontes esgotáveis com o tempo, apresentam características de previsibilidade continuada por longo prazo, permitindo que os entes subnacionais possam se planejar em oferecer fluxos contínuos de dotações orçamentárias a essas políticas públicas eleitas como prioritárias pela citada lei federal, o que infere que a interrupção de sua aplicação, ou sua aplicação parcial, inibe, dificulta, o alcance da efetividade desses gastos que são legalmente direcionados e vinculados à saúde e à educação.

Isto posto, resta claro que, no caso concreto, a aplicação de R\$16.968,94 (1% do valor devido de R\$1.689.435,28), deixando de aplicar R\$408.749,88 na saúde e R\$1.263.716,46 na educação, de recursos que ingressaram nos cofres municipais em 2020, não está condizente com o disposto no art. 2º, §3º da Lei Federal n.º 12.858/13.

A fim de se manter a harmonia das decisões plenárias acerca do tema, tendo em vista que até então este Plenário tem acompanhado o entendimento do Corpo Instrutivo em tratar a aplicação parcial dos recursos dos *royalties* previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 como impropriedade, irei acompanhar a sugestão da Especializada e tratarei tal fato como **IMPROPRIEDADE** em minha conclusão, incluindo uma **DETERMINAÇÃO** para que, em 2021, sejam aplicados os recursos dos *royalties* recebidos no exercício, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde, conforme § 3º, artigo 2º da Lei Federal n.º 12.858/2013, acrescidos dos valores não

aplicados no exercício de 2020 (R\$408.749,88 na saúde e R\$1.263.716,46 na educação).

Entretanto, farei constar em minha conclusão **COMUNICAÇÃO** ao atual prefeito Municipal, assim como **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO** a todos os excelentíssimos senhores prefeitos municipais para que sejam alertados para o fato de que, a partir das contas de governo municipais do exercício de 2022, a serem encaminhadas a esta Corte de Contas em 2023, a aplicação parcial do disposto no art. 2º, §3º da Lei Federal n.º 12.858/13 poderá ensejar a emissão de parecer prévio contrário à aprovação das suas contas.

Por fim, destaco que o município não criou o código de fonte de recurso específica para classificação dos recursos de *royalties* de que trata a Lei Federal nº 12.858/13, sendo tal fato tratado em minha conclusão como **IMPROPRIEDADE e DETERMINAÇÃO**.

7.1.4 DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS *ROYALTIES* CONFORME LEI FEDERAL Nº 13.885/19

A Lei Federal nº 13.885, de 17 de outubro de 2019, estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados decorrentes de *royalties* recebidos a título de cessão onerosa previsto na Lei Federal nº 12.276, de 30 de junho de 2010.

Segundo o artigo 1º da Lei Federal n.º 13.885/19, a União transferirá 15% (quinze por cento) destes recursos aos municípios, conforme os coeficientes que regem a repartição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, devendo tais recursos ser destinados alternativamente para criação de reserva financeira específica para pagamento das despesas previdenciárias ou investimento.

Da análise do quadro a seguir, verifica-se que o município aplicou os recursos recebidos dos *royalties* a Título de Cessão Onerosa, conforme estabelecido na Lei Federal n.º 13.885/19:

Aplicação de Recursos dos <i>Royalties</i> – Cessão Onerosa (Recebidos em 2019)	
Descrição	Valor
Recursos de <i>Royalties</i> <i>Recebidos</i> no Exercício de 2019, a Título de Cessão Onerosa previstos na Lei Federal n.º 13.885/2019	1.417.159,61
Aplicação de Recursos no Exercício de 2020 (Cessão Onerosa) em Investimentos	0,00
Aplicação de Recursos no Exercício de 2020 (Cessão Onerosa) na Previdência	1.407.496,30
Total Aplicado	1.407.496,30
Saldo a aplicar	9.663,31

Fonte: Quadro F.4 – fls. 1268.

7.2 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL

O *Parquet* Especial manifestou-se quanto à Transparência da Gestão Fiscal da seguinte forma:

Em consulta ao sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Guapimirim (<https://guapimirim.rj.gov.br>) constatou-se que encontra-se disponibilizado no portal da transparência o relatório analítico e o respectivo parecer prévio desta Corte (contas de governo relativas aos exercícios financeiros de 2017 a 2019), porém, não se encontram disponíveis a documentação constitutiva das Prestações de Contas de 2019 e 2020.

Dessa forma, o Município **Não** está atendendo o disposto no artigo 126 da Constituição Estadual e na forma do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00. Fato que deve ser qualificado como **Impropriedade** acompanhada de **Determinação**.

Com relação a este item, corroboro o entendimento do Ministério Público Especial e faço constar tal fato como **IMPROPRIEDADE** e **DETERMINAÇÃO** em minha conclusão.

7.3 ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL - IEGM

A esse respeito, a Especializada assim se posicionou:

A Deliberação TCE-RJ n.º 271/17 estabeleceu normas relativas à apuração do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, por parte desta Corte de Contas, devendo, os órgãos executivos dos entes sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, responder, em caráter obrigatório, aos questionários para a apuração do índice.

Conforme o art. 2º da supracitada deliberação, as respostas aos quesitos passíveis de comprovação com evidências deverão ser validadas pelo responsável pelo órgão central de controle interno, em observância ao disposto no art. 53, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 63/90, mediante a emissão de certificado.

O Certificado de Validação de que trata o art. 2º da Deliberação TCE-RJ n.º 271/17, às fls. 1457/1459, no qual o responsável pelo órgão de Controle Interno, após proceder ao exame dos quesitos presentes no questionário para apuração do índice de efetividade da gestão pública, e à análise da adequação entre as respostas apresentadas e as respectivas evidências, certificou, com ressalvas, que as mesmas são suficientes, relevantes, válidas e confiáveis para subsidiar a elaboração do referido índice.

8 CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal traz determinação quanto à necessidade de implantação do Controle Interno pelos Poderes Federados, o qual tem as suas atribuições básicas definidas no artigo 74 desse diploma normativo.

O Corpo Instrutivo, em sua análise quanto a este tópico, discorre sobre a importância, as competências, a finalidade e os deveres dos Sistemas de Controle Interno, e sugere, ao fim, a **comunicação** do responsável pelo setor, para que o mesmo tome ciência do exame realizado, adotando as providências que se fizerem necessárias, a fim de elidir as falhas detectadas, informando, no relatório de auditoria do próximo exercício, quais foram as medidas adotadas.

Ratifico a sugestão da especializada, fazendo constar tal **COMUNICAÇÃO** em meu Voto.

Com relação ao Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE pelo Controle Interno, a Especializada assim se pronunciou:

O Referido relatório apresentou a seguinte situação, em relação às determinações exaradas, por esta Corte de Contas, na última prestação de contas de governo:

Situação	Quant.	% em relação ao total
Cumprida	15	88,24%
Cumprida parcialmente	2	11,76%
Não cumprida	0	0%
Cumprimento dispensado	0	0%
Total	17	100,00%

A Especializada acrescenta a seguinte análise:

Por oportuno, salienta-se que no voto proferido nas contas de governo do município do exercício de 2019 (processo TCE/RJ nº 210.913-5/20), em sessão de 16/12/2020, o E. Plenário determinou à Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE, *in verbis*:

VI. Por DETERMINAÇÃO À SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO (SGE) desta Corte, para que verifique, nas Contas de Governo do Município de Guapimirim referentes ao exercício de 2020, a comprovação do efetivo cancelamento do empenho emitido em desacordo com o art. 8º da Lei nº 7.990/89, objeto da Improriedade nº 13 e da Determinação nº 15 deste Voto.

Preliminarmente, destaca-se a seguir os termos da improriedade nº 13 e da determinação nº 15:

IMPROPRIEDADE Nº 13

Foi constatado o empenhamento de despesa com dívida, não excetuada pela Lei nº 7.990/89, alterada pelas Leis nº 10.195/01 e nº 12.858/13, no montante de R\$ 279.615,66, à conta de recursos oriundos das parcelas de royalties da produção.

DETERMINAÇÃO

Nº 15 Observar o cumprimento do art. 8º da Lei nº 7.990/89, alterada pelas Leis nº 10.195/01 e nº 12.858/13, quando da realização de gastos com recursos dos royalties.

No que tange à impropriedade em apreço, com base na análise efetuada nos autos do processo TCE/RJ nº 210.913-5/20, fls. 3135, verifica-se que foi considerado que o município pagou com recursos das parcelas de *royalties* da produção dívida no montante de R\$315.899,58, sendo R\$279.615,66 de amortização e R\$36.283,92 relativos a juros e encargos, não excetuada pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e nº 12.858/13, resultando em despesas vedadas pelo artigo 8º da Lei Federal n.º 7.990/89.

Entretanto, com base no documento anexado às fls. 2844 daquele processo foi possível verificar que a despesa com dívida (amortização e juros e encargos) não ultrapassou a fase do empenhamento.

Nesse sentido, conforme apontado no Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE pelo Controle Interno, anexado às fls. 1543/1550, a Controladoria municipal cientificou a Secretaria Municipal de Fazenda, que em resposta à determinação nº 15 informou que o empenho foi realizado para pagamento de parcelamento de dívidas antigas junto à empresa Ampla, sendo este cancelado, tendo, com isso, a referida determinação indicada com implementada.

Visando ratificar a informação prestada pela Controladoria-Geral do município, por meio do Portal BI deste Tribunal de Contas, planilhas anexadas às 1692/1697, foi possível verificar despesas inscritas em restos a pagar no exercício de 2019 que foram canceladas em 2020 pela Prefeitura Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde, tendo como fonte *royalties* pelos 5%, em valor superior ao montante das despesas empenhadas indevidamente com esses recursos em 2019, razão pela qual entende-se, *s.m.j.*, que a determinação em apreço foi de fato implementada.

Alinho-me à conclusão do Corpo Técnico, e entendo que a impropriedade n.º 13 da Prestação de Contas de Governo do exercício de 2019 (Processo TCE-RJ n.º 210.913-5/20) foi sanada, uma vez que o montante empenhado de R\$315.899,58 em 2019, referente a despesa com dívida não excetuada pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e nº 12.858/13, sendo em princípio despesas vedadas pelo artigo 8º da Lei Federal n.º 7.990/89, não ultrapassaram a fase do empenho, sendo em 2020 cancelados seus restos a pagar.

Com relação ao Certificado de Auditoria expedido pelo órgão central de controle interno do Município de GUAPIMIRIM sobre as contas em tela, a Especializada traçou o seguinte relato:

O Certificado de Auditoria às fls. 1536, emitido pelo órgão central de controle interno, opina expressamente pela Regularidade das Contas, com Ressalvas, do Chefe de Governo do município de **GUAPIMIRIM**. Ressalta-se que as ressalvas, acompanhadas das recomendações a serem implementadas para melhoria da gestão governamental, foram especificadas no relatório do controle interno às fls. 1533/1534.

9 CONCLUSÃO

A Prestação de Contas apresentada corresponde aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstrativo das Variações Patrimoniais, que tratam da situação do Patrimônio do Município e do aspecto dinâmico das referidas contas.

CONSIDERANDO, com fulcro no artigo 125, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, estar incluída na competência desta Corte a emissão de Parecer Prévio sobre as contas dos municípios e sugerir as medidas convenientes para a final apreciação da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO que o Parecer Prévio do Tribunal de Contas deve refletir a análise técnica das Contas examinadas, estando o julgamento das mesmas sujeito às Câmaras Municipais;

CONSIDERANDO que, nos termos da legislação em vigor, o Parecer Prévio e o subsequente julgamento da Câmara dos Vereadores não eximem as responsabilidades de ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que geriram numerários, valores e bens municipais, os quais, sob a

jurisdição desta Corte, estão sendo e/ou serão objeto de fiscalização e julgamento por este Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO a abertura de créditos adicionais sem a indicação dos recursos correspondentes, em inobservância ao inciso V, artigo 167 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o município não apresentou o equilíbrio financeiro das contas, contrariando o disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo não cumpriu o disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Posiciono-me **parcialmente de acordo** com o Corpo Instrutivo e com o parecer do Ministério Público Especial junto ao TCE-RJ, e

VOTO:

I – Pela emissão de **PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO** à aprovação, pela Câmara Municipal, das Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de GUAPIMIRIM, **Sr. Jocelito Pereira de Oliveira**, referentes ao **Exercício de 2020**, com as seguintes **IMPROPRIEDADES, DETERMINAÇÕES e RECOMENDAÇÃO**:

IRREGULARIDADES

IRREGULARIDADE N.º 1

– Foi constatado que os créditos adicionais abertos com base em excesso de arrecadação, no montante de R\$3.311.176,55 (Decreto n.º 1665/20 nas fontes 1.311.01, 1.311.06 e 1.311.14, Decreto n.º 1695/20 na fonte 1.990.00, Decreto n.º

1736/20 na fonte 1.211.00 e Decreto n.º 1743/20 na fonte 1.211.00, foram abertos sem a respectiva fonte de recurso, contrariando o disposto no inciso V do artigo 167 da Constituição Federal de 1988;

DETERMINAÇÃO N.º 1

– Observar o montante do excesso de arrecadação quando da abertura de créditos adicionais com esta fonte de recursos, em cumprimento ao inciso V do artigo 167 da Constituição Federal de 1988;

IRREGULARIDADE N.º 2

– *Deficit* financeiro no montante de R\$6.137.483,77, ocorrido em 2020, término do mandato, indicando o não cumprimento do equilíbrio financeiro estabelecido no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

DETERMINAÇÃO N.º 2

– Observe o equilíbrio financeiro das contas municipais, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

IRREGULARIDADE N.º 3

– Não cumprimento dos ditames do artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, que veda, nos dois últimos quadrimestres do mandato, a assunção de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Conforme os dados do presente relatório, foi apurada, em 31/12/2020, uma insuficiência de caixa no montante de 5.861.391,04;

DETERMINAÇÃO N.º 3

– Adotar as necessárias providências no sentido de atender ao disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 ao final da gestão.

IMPROPRIEDADES E DETERMINAÇÕES

IMPROPRIEDADE N.º 1

– O valor do orçamento final apurado (R\$226.157.396,28), com base na movimentação de abertura de créditos adicionais, não guarda paridade com o registrado no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidado – Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64 (R\$226.885.140,47);

DETERMINAÇÃO N.º 1

– Observar para que o orçamento final do município, apurado com base na movimentação de abertura de créditos adicionais, guarde paridade com o registrado nos demonstrativos contábeis consolidados, em face do disposto no artigo 85 da Lei Federal n.º 4.320/64;

IMPROPRIEDADE N.º 2

– O município não cumpriu integralmente os requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal pela instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de sua competência constitucional.

DETERMINAÇÃO N.º 2

– Implementar ações visando à adoção de procedimentos e à estruturação da gestão dos impostos municipais para sua instituição, previsão e efetiva arrecadação,

64

requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, e o pleno atendimento do art. 11 da Lei Complementar Federal nº 101/00, conforme detalhamento nos processos TCE RJ nº 219.951-0/20 (ISS) e nº 219.956-0/20 (IPTU e ITBI).

IMPROPRIEDADE N.º 3

– O Poder Executivo ultrapassou o limite das despesas com pessoal no 3º quadrimestre de 2019, encerrando o exercício de 2020 com estas despesas acima do limite, em desacordo com o estabelecido na alínea “b”, inciso III, artigo 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

DETERMINAÇÃO N.º 3

– Observar o cumprimento do limite das despesas com pessoal, estabelecido na alínea “b”, inciso III, artigo 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

IMPROPRIEDADE N.º 4

– As despesas a seguir, classificadas na função 12 – Educação, não foram consideradas no cálculo do limite dos gastos com a educação, por não pertencerem ao exercício de 2020, em desacordo com artigo 212 da Constituição Federal c/c com inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 101/00 e o artigo 21 da Lei n.º 11.494/07:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Pago – R\$
31/01/2020	35	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019 - SEC. EDUCAÇÃO PMG, CONFORME DEMONSTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS AS FLS. 06 - PROCESSO Nº 0962/2020.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Administração Geral	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	17.146,88	17.146,88
31/01/2020	36	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019 - SEC. M. EDUCAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS E PMG APOIO, CONFORME DEMONSTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS AS FLS. 07 E 08 - PROCESSO Nº 0962/2020.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Fundamental	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	133.334,07	133.334,07
SUBTOTAL – recursos próprios						150.480,95	150.480,95
10/01/2020	22	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2019 - SEC. EDUCAÇÃO/FUNDEB APOIO, CONFORME DEMONSTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS AS FLS. 12 - PROCESSO Nº 11908/2019.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Fundamental	Transferências do Fundeb 40%	87.443,64	87.443,64

31/01/2020	38	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019 - SEC. M. EDUCAÇÃO /FUNDEB FUNDAMENTAL, CONFORME DEMONSTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS AS FLS. 10 - PROCESSO Nº 0962/2020.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Fundamental	Transferências do Fundeb 60%	1.932.271,12	1.932.271,12
31/01/2020	40	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019 - SEC. M. EDUCAÇÃO /FUNDEB INFANTIL, CONFORME DEMONSTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS AS FLS. 11 - PROCESSO Nº 0962/2020.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Educação Infantil	Transferências do Fundeb 60%	191.829,39	191.829,39
31/01/2020	42	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019 - SEC. M. EDUCAÇÃO /FUNDEB APOIO, CONFORME DEMONSTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS AS FLS. 12 - PROCESSO Nº 0962/2020.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Fundamental	Transferências do Fundeb 40%	204.147,72	204.147,72
SUBTOTAL – Fundeb						2.415.691,87	2.415.691,87
TOTAL						2.566.172,82	2.566.172,82

DETERMINAÇÃO N.º 4

- Observar o regime de competência quando do registro das despesas na função 12
- Educação, em atendimento aos artigos 212 da Constituição Federal c/c com inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 101/00 e o artigo 21 da Lei nº 11.494/07;

IMPROPRIEDADE N.º 5

- As despesas a seguir, classificadas na função 12 – Educação, não foram consideradas no cálculo do limite dos gastos com a educação, uma vez que se referem a gastos de natureza assistencial:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Pago – R\$
07/02/2020	50	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ATENDER TODOS OS ALUNOS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GUAPIMIRIM, CONFORME PERECER DA PGM AS FLS. 423/443 E 755/758, PARECER DA CGM AS FLS. 759 A 762,	COELHO E MACHADO COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EIRELI-	Ensino Fundamental	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	166.054,8	0,00

07/02/2020	51	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ATENDER TODOS OS ALUNOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GUAPIMIRIM, CONFORME PERECER DA PGM AS FLS. 423/443 E 755/758, PARECER DA CGM AS FLS. 759 A 762, HOMOLOGAÇÃO A	COELHO E MACHADO COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EIRELI-	Educação Infantil	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	36.060,90	36.060,90
07/02/2020	52	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ATENDER TODOS OS ALUNOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE	HAWAI 2010 COMERCIAL EIRELI	Educação Infantil	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	37.838,55	0,00

07/02/2020	53	EMPENHO PARA PAGAMENTO DE AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ATENDER TODOS OS ALUNOS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GUAPIMIRIM, CONFORME PERECER DA PGM AS FLS. 423/443 E 755/758, PARECER DA CGM AS FLS. 759 A 762, HOMOLOGAÇÃO	HAWAI 2010 COMERCIAL EIRELI	Ensino Fundamental	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	174.240,60	0,00
TOTAL						414.194,85	36.060,90

DETERMINAÇÃO N.º 5

– Observar a correta classificação das despesas na função 12 – Educação, em atendimento aos artigos 70 e 71 da Lei n.º 9.394/96;

IMPROPRIEDADE N.º 6

– O município aplicou 14,48% de suas receitas com impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, descumprindo o limite mínimo estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal de 1988;

DETERMINAÇÕES N.º 6

06.A – Observar o cumprimento do limite mínimo de aplicação de 25% das receitas com impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal de 1988;

06.B - Aplicar, até o término do atual mandato do Chefe do Poder Executivo, ou seja, até o exercício de 2024, proveniente das receitas com impostos e transferências, o montante de R\$8.719.906,80 na manutenção e desenvolvimento do ensino, resultante da diferença entre o mínimo estabelecido de despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino e o apurado em 2020, conforme art. 4º, §4º, da Lei Ordinária Federal n.º 7.348/85.

IMPROPRIEDADE N.º 7

– O município **cumpriu** parcialmente as regras estabelecidas no §5º do artigo 69 da Lei Federal nº 9.394, de 20.12.1996 – LDB, no que tange a abertura de conta específica distinta daquela em que se encontram os recursos do Tesouro para o repasse dos 25% da receita resultante de impostos e transferências de impostos, a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino, ao órgão responsável pela educação.

DETERMINAÇÃO N.º 7

– Cumprir as regras estabelecidas no §5º do artigo 69 da Lei Federal nº 9.394, de 20.12.1996 – LDB.

IMPROPRIEDADE N.º 8

– A abertura do crédito adicional, tendo como fonte o *superavit* financeiro do Fundeb, por meio dos decretos n.ºs 1500/2020 e 1549/2020 (R\$365.605,47), não utilizou a

totalidade do saldo a empenhar do exercício anterior (R\$496.304,88), em desacordo com o disposto no § 2º do artigo 21 da Lei 11.494/07.

DETERMINAÇÃO N.º 8

– Observar o disposto no §2º do artigo 21 da Lei 11.494/07, procedendo à abertura do crédito adicional, tendo como fonte a totalidade do *superavit* financeiro do Fundeb do exercício anterior.

IMPROPRIEDADE N.º 9

– O valor do *deficit* financeiro do Fundeb para o exercício de 2021 apurado na presente prestação de contas (R\$693.611,84) é superior ao registrado pelo município no balancete do Fundo (R\$137.249,78), resultando numa diferença de R\$556.362,06.

DETERMINAÇÃO N.º 9

– Observar a correta movimentação dos recursos do Fundeb, com vistas ao cumprimento do artigo 21 da Lei 11.494/07 c/c o artigo 85 da Lei n.º 4.320/64.

IMPROPRIEDADE N.º 10

– Divergência no valor de R\$2.114.684,02, entre as disponibilidades financeiras registradas pela contabilidade (R\$17.502.026,56) e as evidenciadas no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 (R\$15.387.342,54).

DETERMINAÇÃO N.º 10

– Observar o registro de todas as disponibilidades financeiras no Sigfis, em atendimento à Deliberação TCE-RJ nº 248/08.

IMPROPRIEDADE N.º 11

– Divergência no valor de R\$6.873.051,15, entre os encargos e despesas compromissadas a pagar registrados pela contabilidade (R\$21.073.189,83) e as evidenciadas no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 (R\$27.946.240,98).

DETERMINAÇÃO N.º 11

– Observar o registro de todos os encargos e despesas compromissadas a pagar no Sigfis, em atendimento à Deliberação TCE-RJ no 248/08.

IMPROPRIEDADE Nº 12

– O Poder Executivo aplicou 0,81% dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 na saúde e 0,20% na educação, não atendendo o disposto no § 3º, artigo 2º da Lei Federal nº 12.858/13.

DETERMINAÇÃO Nº 12

– Observar a correta aplicação dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal nº 12.858/13 recebidos no exercício, devendo os mesmos serem aplicados em 2021, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e 25% (vinte e cinco por cento) na área da saúde, conforme § 3º, artigo 2º da lei mencionada, acrescidos dos valores não aplicados no exercício de 2020 (R\$408.749,88 na saúde e R\$1.263.716,46 na educação).

IMPROPRIEDADE Nº 13

– O município não criou o código de fonte de recurso específico para classificação dos recursos de *royalties* de que trata a Lei Federal nº 12.858/13.

DETERMINAÇÃO Nº 13

– Providenciar a criação no orçamento municipal de código de fonte de recurso específico para classificação das receitas provenientes dos *royalties* de que trata a Lei Federal nº 12.858/13.

IMPROPRIEDADE Nº 14

– Ausência de ampla divulgação da documentação que constitui a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo municipal (contas de governo exercícios de 2019 e 2020), em afronta ao disposto no artigo 126 da Constituição Estadual c/c o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

DETERMINAÇÃO Nº 14

– Implementar ações, visando ao pleno atendimento às exigências estabelecidas no artigo 126 da Constituição Estadual c/c o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO N.º 1

No que tange à autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, observar os princípios orçamentários aplicáveis ao tema, a fim de que se consignem percentuais autorizativos razoáveis, que permitam ajustes ao longo do exercício orçamentário sem descaracterizar o orçamento inicialmente aprovado.

RECOMENDAÇÃO N.º 2

Para que o município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.

II – Pela COMUNICAÇÃO, com fulcro no artigo 26, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, ao **atual responsável pelo controle interno** da Prefeitura Municipal de **GUAPIMIRIM**, para que:

II.1 tome ciência da decisão deste Tribunal e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CRFB/88 e no art. 59 da LRF;

II.2 pronuncie-se, nas próximas contas de governo, de forma conclusiva quanto aos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial e operacional que tenham contribuído para os resultados apurados, de modo a subsidiar a análise das contas por este Tribunal, apresentando Certificado de Auditoria quanto à Regularidade, Regularidade com Ressalva ou Irregularidade das contas, apontando, ainda, quais foram as medidas adotadas no âmbito do controle interno, no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas para a melhoria da gestão governamental, além de apresentar a análise das determinações e recomendações exaradas por este Tribunal nas Contas de Governo;

II.3 comprove, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o efetivo **ressarcimento** do recurso à conta do Fundeb, com recursos ordinários, no valor de **R\$1.919.386,99**, relativo a despesas de exercícios anteriores custeadas com

recursos do FUNDEB recebidos no exercício de 2020, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei Federal nº 14.113/2020, restando, desde já, aprovada abertura de procedimento autônomo de apuração, em caso de não atendimento.

III - Pela COMUNICAÇÃO, com fulcro no artigo 26, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, à atual prefeita Municipal de **GUAPIMIRIM**, para que seja **alertada**:

III.1 quanto ao **deficit financeiro** de **R\$6.137.483,77** apresentado nestas contas, para que implemente medidas visando ao equilíbrio financeiro até o último ano de seu mandato, pois este Tribunal poderá pronunciar-se pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas no caso do não cumprimento do §1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

III.2 quanto à obrigação de promover o **ressarcimento** à conta do FUNDEB, com recursos ordinários, no valor de **R\$1.919.386,99**, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei Federal nº 14.113/20, referentes a despesas de exercícios anteriores custeadas com recursos do FUNDEB recebido no exercício de 2020, restando, desde já, aprovada abertura de procedimento autônomo de apuração, em caso de não atendimento.

III.3 quanto ao fato de que, a partir das contas de governo municipais referentes ao exercício de 2021, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2022, seja observada a nova regulamentação do Fundeb estabelecida na Lei Federal n.º 14.113, de 25.12.2020, que entrou em vigor em 01.01.2021, revogando quase integralmente a Lei Federal n.º 14.494/07, com especial atenção aos artigos 25 e 26 da nova lei, que alteraram, respectivamente, o percentual e prazo de utilização de recursos do Fundeb no exercício seguinte, e o percentual de aplicação mínima de remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício;

III.4 quanto ao fato de que, para as contas de governo municipais referentes ao exercício de 2021, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2022, a receita de contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública – COSIP não será mais computada para os fins pretendidos no art. 29-A da CRFB;

III.5 quanto ao fato de que, a partir das contas de governo municipais referentes ao exercício de 2024 (último ano do atual mandato), a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2025, a metodologia de verificação do cumprimento do estabelecido no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, passará a considerar a disponibilidade de caixa e as obrigações de despesas contraídas, de forma segregada, por fonte de recurso específica, em observância ao artigo 8º da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

III.6 quanto à metodologia de verificação da utilização dos recursos dos *royalties*, que passará a ser considerada nas Contas de Governo relativas ao exercício de 2021, a serem encaminhadas no exercício de 2022, no sentido que a proibição de efetuar despesas com utilização de recursos de *royalties* alcancem todos os recursos das compensações financeiras devidas pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, compreendidos os seguintes:

- a) *Royalties* pela produção (até 5% da produção) – art. 48 da Lei nº 9.478/97;
- b) *Royalties* pelo excedente de produção – art. 49 da Lei nº 9.478/97;
- c) *Royalties* sob o regime de partilha de produção – Lei nº 12.351/10, alterada pelo art. 42-B da Lei nº 12.734/12;
- d) Participação especial – art. 50 da Lei nº 9.478/97.

III.7 quanto ao fato de que, a partir das contas de governo municipais referentes ao exercício de 2022, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2023, a aplicação parcial do disposto no art. 2º, §3º da Lei federal n.º 12.858/13, que trata da obrigatoriedade de se aplicar os recursos recebidos no exercício provenientes dos *Royalties* previstos na citada lei, na proporção de 75% na educação

e 25% na saúde, poderá ensejar a emissão de parecer prévio contrário à aprovação das suas contas.

IV. Pela **COMUNICAÇÃO**, com fulcro no artigo 26, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, ao Presidente da Câmara Municipal de **GUAPIMIRIM**, para que:

IV.1 tome ciência quanto à emissão desse parecer prévio, registrando que a íntegra dos autos se encontra disponível no sítio eletrônico desta Corte;

IV.2 tome ciência de que, a partir das contas anuais de gestão referente ao exercício de 2024, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2025, a metodologia de verificação do cumprimento do estabelecido no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, passará a considerar a disponibilidade de caixa e as obrigações de despesas contraídas, de forma segregada, por fonte de recurso específica, em observância ao artigo 8º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

V. Pela **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO** ao **Ministério Público**, para ciência da decisão proferida no presente processo, acompanhado de cópia digitalizada desta prestação de contas de governo;

VI. Pela **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO** a todos os Municípios jurisdicionados, dirigidos aos Chefes do Poder Executivo Municipal, dando-lhes ciência de que a partir das contas de governo municipais referentes ao exercício de 2022, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2023, a aplicação parcial do disposto no art. 2º, §3º da Lei federal n.º 12.858/13, que trata da obrigatoriedade de se aplicar os recursos recebidos no exercício provenientes dos Royalties previstos na citada lei, na propoção de 75% na educação e 25% na saúde, poderá ensejar a emissão de parecer prévio contrário à aprovação das suas contas.

VII. Pelo ARQUIVAMENTO dos autos.

GCS-2, de de 2021.

**ANDREA SIQUEIRA MARTINS
CONSELHEIRA SUBSTITUTA**